



CRB

REVISTA DA CONFERÊNCIA
DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Ano IX - N.º 96
Junho de 1963

Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil

ANO IX

1.º DE JUNHO DE 1963

N.º 96

SUMARIO

DOCUMENTOS	321	● Pelo falecimento de S. S. João XXIII.
PONTIFÍCIOS	322	● O envio de Sacerdotes à América Latina — Carta de S. S. João XXIII ao Episcopado Canadense.
FORMAÇÃO DAS JUNIORISTAS	325	● O Juniorato na Formação dos Religiosos — Pe. João Corso S. D. B.
PASTORAL CATEQUÉTICA	337	● A Catequese Eucarística em um mundo transformado — II — Pe. Frei Guido Vlasman OFM
EDUCAÇÃO	347	● A família na educação dos filhos — Irmãos João de Deus F. M. S.
DIREITO dos RELIGIOSOS	351	● Da passagem, do egresso e da demissão de Religiosos — Pe. Frei Francisco Xavier Bockey O.F.M.
IMPRENSA	359	● Ainda a manutenção da Imprensa Católica — Pe. Frei Matias Heidemann O. F. M.
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	372	● A criança é para Deus — Laura Jacobina Lacombe.
ESTATÍSTICA	373	● Províncias eclesiásticas do Brasil, e suas Sufragâneas — Departamento de Estatística da CRB.
SECÇÕES ESTADUAIS	376	● Relatório do Dep. de Assistência à Saúde de Secção Estadual do Paraná.
		● Relatório da Secção Estadual da Bahia.
		● Curso de Rádio, Televisão e Redação para Religiosos em São Paulo.
BIBLIOGRAFIA	381	

Propriedade da Conferência dos Religiosos do Brasil
Av. Rio Branco, 131, 9.º andar — Rio de Janeiro (ZC-21) — Brasil
Diretor Responsável: Pe. José Paulo Sales, C. M.

S. S. JOÃO XXIII

Unidos, Religiosos de todo o Brasil, no luto da Igreja Católica pelo falecimento de S. S. João XXIII, peçamos a Deus continue êle, de lá do alto, a manter entre os homens êsse sôpro de união e de paz que soube infundir aqui na terra.

Deixa, apesar de seu breve pontificado, uma auréola de santidade e de bondade que nunca poderá ser apagada.

João XXIII! O Papa da bondade — o "Papa buono", como o chamavam os romanos — que com a simplicidade de um bom cura sabia repetir a uma sociedade distraída palavras evangélicas de caridade, de humildade e de perdão.

Será sempre lembrado, juntamente com Leão XIII e Pio XI, como o Papa das grandes Encíclicas sociais. Realmente a "Mater et Magistra" e a "Pacem in Terris" são "palavras de verdade, solícitas com os problemas máximos da humanidade atual, que transcendem as polémicas e os debates do momento em seu desejo para uma ordem cristã no mundo e uma paz justa entre os homens.

Será sempre o Papa da paz entre os povos e da união entre as Igrejas cristãs, nesse espírito ecumênico que agora estamos respirando e vivendo.

Será o Papa do Concílio Ecumênico que convocou divinamente inspirado, e que quis levar adiante com tôdas as suas energias, reunindo num novo Pentecostes representantes do Oriente, de igrejas e de irmãos separados, no templo Vaticano que realmente se tornou "um nôvo cenáculo apostólico".

Para nós ficará sempre o modelo da vida religiosa vivida em sua perfeita plenitude. Humilde e grande, sincero e simples, deixa para nós um exemplo total de vida de dedicação ao estudo, ao ministério, ao trabalho, à santificação própria e dos outros, de amor verdadeiro à pobreza que êle viveu até na altíssima Cátedra de Pedro, nada podendo deixar, pois pobre nasceu e pobre quis morrer.

Continue do céu a velar para que o quanto antes se realize a união que êle promoveu e a paz que êle sempre desejou.

O ENVIO DE SACERDOTES À AMÉRICA LATINA

Carta de S. S. João XXIII ao Episcopado Canadense (1).

Nossos caros filhos e veneráveis Irmãos,
Saudação e Bênção Apostólica.

Expressamo-vos várias vezes a alegria de Nossa alma emocionada por vosso zelo pronto e generoso em responder ao Nosso convite que visava a que, juntamente com os bispos de outros países, unísseis vossos esforços para ajudar as obras de apostolado da América Latina.

Quando pensamos nos planos que, sobretudo nestes últimos tempos, realizastes com a colaboração do clero e do povo canadense, não podemos deixar de ter uma dúplice satisfação. Um número considerável de religiosos e religiosas, numerosos padres e muitos leigos, inflamados pelo zelo das almas, deixaram espontaneamente seu país para trabalharem nas dioceses desse continente. Seu magnífico empreendimento já produziu uma colheita abundante de frutos apostólicos.

Agradecemos insistentemente, portanto, ao divino Redentor por tão felizes acontecimentos que atestam a vitalidade da família católica canadense e que aumentam ainda os merecimentos que ela já adquiriu na Santa Igreja. A vós ainda, Nossos caros filhos e veneráveis Irmãos, renovamos a expressão de Nosso grandíssimo reconhecimento e de Nossa satisfação, ao mesmo tempo que à Comissão episcopal de ajuda à América Latina, que executa fielmente as resoluções da hierarquia eclesiástica, e enfim a todos os que, sejam eles sacerdotes, religiosos, religiosas, fiéis, com inteligência e devotamento vos emprestaram seu apoio.

Nós que exercemos as funções de Pai e Pastor de todos os povos, toda vez que dirigimos Nossas vistas para essas vastíssimas regiões da América Latina, onde vive quase um terço do total dos católicos, às alegrias das quais vos falamos ajunta-se uma solicitude que Nos inquieta. Embora numerosos e importantes auxílios lhes tenham sido prestados pelas dioceses da América setentrional ou da Europa, constatamos, entretanto, que esses povos estão repletos de múltiplas necessidades e precisam duma contribuição ainda maior de recursos. Seria supérfluo expor-vos os detalhes de tal situação, pois sabemos muito bem que tudo isso é do perfeito conhecimento dos bispos canadenses.

Como o número de habitantes aumenta continuamente e grandes mudanças se efetuaram na sociedade, as necessidades da vida religiosa aumentaram também. De um lado, pois, os pastores muito zelosos dessas dioceses

1) "Doc. Cath.", n. 1937 (7-4-63), pp. 435-36.

se esforcem com tôdas as suas forças para corresponderem às exigências de seu pesado cargo pastoral, tomando medidas que visam ao futuro, entre as quais é-Nos agradável lembrar em primeiro lugar o cuidado que se aplica aos jovens chamados ao serviço do Senhor e à obra dos seminários. Mas os soldados que estão na praça a disposição dêles tornaram-se atualmente completamente inferiores às necessidades.

De outro lado, a messe da qual êles assumiram a pesada responsabilidade torna-se cada dia mais abundante e já madurece; mas os operários são pouco numerosos (cf. Mt 9, 37). Faltam mãos sacerdotais para distribuírem a todos o alimento da vida sobrenatural, para dar às crianças e aos jovens uma formação cristã, a fim de preparar para os seminários diretores e professores competentes, para estabelecer e consolidar as obras de apostolado religioso e social.

Os bispos da América Latina que recebemos com alegria quando se encontravam em Roma para a celebração do Concílio Ecumênico, tornaram-se intérpretes dessa escassez. Em voz unânime e muitas vêzes angustiada, êles Nos pediram que enviássemos sacerdotes para sua diocese, e Nós ficamos impressionados até ao fundo do coração por seus pedidos.

Por essa razão vos escrevemos, caros filhos e veneráveis irmãos, exortando-vos a não poupar sacrifício nenhum no esforço cada vez mais ardoroso para realizar o que Nos está muito a peito, sobretudo o envio de sacerdotes para êsses países; Nós vo-lo pedimos com completa confiança, sabendo que estais unidos à Sé de Pedro por um elo estreito e exemplar de fidelidade, e que trabalhaiis com um zêlo incansável para preparar os triunfos da Santa Igreja.

Dirigimos estas palavras principalmente aos zelosos pastôres das dioceses que, ricas dos dons do Deus todo bondade, possam com muita honra escolher e enviar sacerdotes, sem padecer detrimento nenhum na administração de sua própria diocese. Mas, entre vós, sem dúvida, não há nenhuma diocese que não possa, para começar, destinar para esta finalidade ao menos um ou dois ministros de Deus.

O Deus todo poderoso que retribui o menor ato de caridade recompensará vossos benefícios com uma largueza proporcionada à vossa liberalidade.

Colhemos com prazer a ocasião que se Nos apresenta de vos pedir que vos torneis intérpretes e mensageiros hábeis de Nossa vontade junto das veneráveis comunidades religiosas de homens e de mulheres de vosso país. Como sabemos perfeitamente, elas vos prestam já uma colaboração íntima e ampla para vir em auxílio da América Latina. Êste acôrdo de vontades e de esforços oferece um belo exemplo de união e garante para o futuro a coordenação eficaz de tôdas as iniciativas. E Nós não duvidamos que a ação harmoniosa das Comunidades exerce-se-á com maior diligência e maior cuidado ainda.

Continuando em ocupar-se desta santíssima iniciativa, a família católica canadense não só partilhará com todos os outros membros do Corpo Místico de Cristo dos preciosos tesouros que recebeu de Deus, mas testemunhará ainda seu reconhecimento à Providência divina pelos benefícios que lhe foram até agora concedidos em circunstâncias análogas. Ainda mais, concebemos

com alegria a esperança de que, graças a este auxílio fraternal, o que é agora concedido à América Latina redundará um dia no bem da Igreja Universal.

Nossos caros filhos e veneráveis Irmãos, dirigimo-vos esta exortação dias depois da primeira sessão do Concílio Ecumênico; isso porque Nos alegamos muito ao pensar convosco que esta união de vossos esforços nascerá do próprio Concílio, como uma dádiva resplandescente da religião oferecida à Igreja nesses territórios; e será ainda de grandíssimo consôlo para os pastores e os povos cristãos da América Latina.

Terminando Nossa carta, pedimos por vós a Deus, dispensador de todos os bens, uma muito salutar abundância de dons celestiais, enquanto que a Vós, Nossos caros Filhos e veneráveis Irmãos, e também ao devotado clero e aos fiéis que são confiados a vosso cuidado, concedemos muito afetosamente uma larga Bênção Apostólica como penhor de Nossa benevolência.

Cidade do Vaticano, 31 de janeiro de 1963, quinto ano de Nosso pontificado.

JOANNES PP. XXIII

Revmo. Sr. Vigário

O Boletim "LÊ E VÊ" para 1964 está ao seu alcance pelo mínimo preço de Cr\$ 3,00 a 4,00 por unidade, dependendo da quantidade.

Faça o seu pedido, quanto antes, a

PUBLICAÇÕES LIGUORI

Caixa Postal, 458

Belém — Pará

FORMAÇÃO DE JUNIORISTAS

O JUNIORATO NA FORMAÇÃO DAS RELIGIOSAS

Pe. João Corso, S.D.B.
do Inst. Teológico Pio XI, S. Paulo

V — FORMAÇÃO HUMANA NO JUNIORATO (1)

Não há melhor preâmbulo para o assunto do presente artigo que as palavras da Const. Apostólica "Sedes Sapientiae", relativas à formação dos clérigos nos estados de tendência à perfeição, que, feitas as devidas adaptações, são de inteira aplicação à formação das religiosas nos diversos estágios de formação. "Lembrem-se, além disso — diz aí Pio XII — todos quantos têm a seu cargo, de algum modo, a formação de religiosos, que essa educação e formação deve ser ministrada em harmonioso desenvolvimento, com o emprêgo de todos os meios e métodos adequados nas diversas circunstâncias, e que deve abranger o homem todo, sob todos os aspectos de sua vocação, de modo a transformá-lo todo efetivamente no "homem perfeito em Cristo Jesus" (Col. 1,28)... não se deixe de lado nada do que possa contribuir, de algum modo, para aperfeiçoar o corpo e a alma, cultivar tôdas as virtudes naturais e formar virilmente um **modelo humano completo**, de sorte que a formação sobrenatural, tanto religiosa quanto sacerdotal, venha a apoiar-se nesse **solidíssimo fundamento da honestidade natural** e de uma **natureza humana aprimorada** (Fil. 4,8), visto que os homens encontram tanto mais fácil e seguramente o caminho para Cristo, quanto mais virem resplandecer no sacerdote "a bondade e o amor aos homens de Deus, nosso Salvador" (Tit. 3,4)" (2).

Ao longo dos precedentes artigos sôbre a formação espiritual e intelectual já muito foi dito que é também formação ou são pressupostos implícitos de formação humana e que pacificamente são aceitos por todos. Aliás, nesse campo, há que dizer-se, houve ùltimamente reais progressos. Não é difícil, porém, constatarem-se ainda certas barreiras, aliás muito sólidas, aparentemente intransponíveis, que se opõem na mesma **teoria**, mas sobretudo **na prática** a uma compreensão e aplicação oportunas da verdadeira mente da Igreja a êste respeito. E nem falta o defeito oposto, o de certos excessos, igualmente pernicioso.

Trilhando, pois, a linha do aúreo meio-térmo, que é a da virtude, tão

(1) — Cf. o precedente artigo na Rev. da CREI, 1963, n. 87, p. 555-571, n. 88, p. 621-637, n. 89, p. 685-697; n. 91, p. 9-21; n. 95, p. 265-276.

(2) — Const. Apost. Sedes Sapientiae, n. 21 s.

(3) — Const. Apost. Sedes Sapientiae n. 21.

claramente indicado pelo Magistério (3), parece-nos ser o presente assunto de grande valia para a formação integral da Juniorista. Aliás estes princípios são válidos para todos os estágios de formação e é mesmo intenção nossa endereçá-lo a todos sem exceção.

Dados, pois, os pressupostos mais teóricos, porém indispensáveis, que fundamentam o conceito, a necessidade e a excelência da formação humana, indicaremos também sucintamente as práticas da mesma, concluindo pelo elenco das exigências mais específicas do Juniorato.

A — Pressupostos ou Princípios

1) Noções

Entendemos por formação humana, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das faculdades e qualidades naturais, espirituais e físicas, do composto humano.

Mesmo prescindindo da elevação desse composto humano à ordem sobrenatural, evidencia-se ser êle dotado pelo Criador de um sem número de riquezas de ordem espiritual e material, muitas vezes já em ato desde o início, na maioria dos casos, porém, em embrião e em potência de mais ou menos fácil concretização e desenvolvimento, mas naturalmente tendentes à perfeição. Tudo o que o Criador depositou nas suas criaturas são riquezas. Tudo, mesmo aquilo que à primeira vista parece negativo ou mesmo vem de fato de mistura com certas tendências negativas, sobretudo (sabemo-lo pela revelação) pelos efeitos perniciosos do pecado original. É questão de orientar, valorizar, potenciar. Tal orientação, valorização, potenciação é exatamente a função dessa formação humana, pela qual, formando e formadores se empenham em obter "o modelo humano completo... uma natureza humana aprimorada" (4).

2) Âmbito

O âmbito de tal formação é bem caracterizado pela noção acima. Trata-se de aperfeiçoar qualidades inerentes à natureza humana, próprias, portanto, da mesma, e que podem prescindir da graça, a qual nos é dada para o desenvolvimento de nossa vida sobrenatural. Enquanto, pela formação espiritual, buscamos nosso aperfeiçoamento como filhos de Deus, a formação humana faz de nós perfeitas criaturas. Como, porém, nunca existiu o homem no estado de natureza pura, e como, di-lo-emos muitas vezes, a formação humana deve estar exatamente em função da formação divina das nossas almas, a distinção em questão, ou demarcação de âmbitos de formação não é de contrariedade e muito menos de contrariedade mas tão só de facilitação do nosso empenho último e primordial, a formação para a santidade.

A vantagem dessa distinção é que a formação humana, de um lado menos elevada que a sobrenatural e, de outro, com caráter de pressuposto abso-

(4) — Const. Apost. Sedes Sapientiae, n. 22.

luto, pode ser-nos pedida e exigida como algo a um tempo elementar e indispensável. E, ao mesmo tempo que ela nos leva à perfeição de filhos de Deus e de apóstolos de sua glória e de seu amor, receberá impulsos e influxos excepcionais dessa mesma Graça divina. É que natureza e Graça se completam, aperfeiçoam-se mutuamente em função da perfeição total do filho de Deus, que é exatamente a criatura humana divinizada.

3) Problema da formação natural e sobrenatural

A última asserção: natureza e graça se completam, aperfeiçoam-se mutuamente, seria de per si a negação da existência de qualquer problema entre formação humana e sobrenatural. Como, porém, já dissemos acima, tal problema existe teórico e prático para muitos formadores, mais do que se poderia normalmente imaginar, faz-se mister enunciá-lo e resolvê-lo tal qual se encontra na realidade.

Este é um campo em que as insistências da Santa Sé para a atualização, não encontraram ainda suficiente ressonância, quanta ao menos seria de se esperar. E... com quantas desvantagens para a formação integral!

a) **A graça aperfeiçoa a natureza (5)** — Quiçá não se entenda oportunamente este princípio: a graça aperfeiçoa a natureza.

Não seria, de fato, bem entendido se se pensasse obter-se tal aperfeiçoamento por um processo de **eliminação**. A Graça, justamente porque o natural é obviamente inferior ao sobrenatural, deveria aos poucos eliminar a natureza! — Visão negativa, pessimista e perniciosíssima da realidade humana. Esquece-se que ela foi dotada pelo mesmo Deus de dons naturais, instrumentos, fundamentos da perfeição natural em função da perfeição sobrenatural. Mentalidade ainda muito contraditória! Profissão de angelismo, exagêro tão pernicioso na vida espiritual!

O cristianismo, ao invés, diz que compete à Graça elevar, aperfeiçoar, a nossa natureza humana, potenciando-a, sobrenaturalizando-a, divinizando-a. Nada há, pois, para destruir mas tão só para orientar, valorizar, sublimar.

b) **Necessidade e excelência da perfeição natural para a sobrenatural** — Dizer, porém, que a Graça aperfeiçoa, não destrói a natureza, não é dizer tudo. É preciso acrescentar que a perfeição sobrenatural só é possível na base da sua perfeição natural.

É primeiro empenho, pois, de todo o cristão, e com mais razão de todo o religioso, conservar e potenciar os dons da natureza, justamente porque base dos dons da Graça. A que fracassos, portanto, não se expõem aqueles que pretendem prescindir dessa formação humana ou a relegam ao esquecimento, ou não lhe dão a devida importância e atenção. O que é irracional, o que prescinde da realidade concreta de nossa vida, não pode subsistir e muito menos pode alcançar plenitude de afirmação. Pelo contrário, que excepcional garantia não nos dará o atender à realidade, aos pressupostos acima enunciados.

(5) — É um princípio pacificamente admitido pelos teólogos todos.

4) O problema na vida religiosa feminina

Dizer, porém, que na formação integral da religiosa a Graça aperfeiçoa a natureza e que a perfeição natural é necessária e excelente para a perfeição sobrenatural, não é individuar devidamente o problema concreto. Tal individuação só será exata se fôr estabelecido que se trata da formação de uma **mulher** para a vida religiosa feminina, que, se tem bases comuns da natureza humana fundamentalmente idêntica para ambos os sexos, tem todavia diferenças não desprezíveis próprias do sexo feminino. Por isso é que o Cardeal Larraona, falando dessa formação integral afirma: "Não há mulher religiosa verdadeiramente apostólica se os seguintes aspectos não forem cultivados e praticados por ela: a) o que é humano e, aqui podemos dizer, feminino, no sentido mais nobre..." (6).

a) **Mulheres antes que religiosas** — Reportando-nos aos princípios do n.º III devemos dizer que a religiosa não pode eliminar sua realidade feminina, bem pelo contrário só poderá ser religiosa segundo o ideal de qualquer Instituto, se se empenhar em valorizar os caracteres que lhe são próprios. Tem necessidade de fazê-lo. Doutro lado, tal valorização será de excepcionais vantagens, como também se podem esperar sérios fracassos ou não totais resultados pelo seu descaso.

A título de exemplo, que nos foi sugerido no Curso de Mestras do Rio de Janeiro em setembro do ano passado, uma insistência **demasiada** a respeito da formação intelectual da religiosa poderia ser muito contraproducente se nos esquecêssemos de uma certa preponderância de sensibilidade na mulher em contraposição ao homem. A religiosa precisa, sim, de grande aprimoramento intelectual, mas não menos precisa da valorização da sua sensibilidade. Uma desproporção seria fatal.

b) **Mulheres perfeitas para religiosas perfeitas** — Só, pois, sobre a base de um modelo humano feminino aprimorado é que poderemos construir a religiosa perfeita. A religiosa será de fato santa, se fôr também, e antes, a mulher de dotes humanos acabados. Sobretudo não poderá atingir com eficiência as almas num autêntico apostolado se, com a excelência das suas qualidades visíveis não fizer resplandecer em si "a bondade e o amor dos homens de Deus, nosso Salvador" (Tit. 3,4).

"Faz-se mister, pois, na formação religiosa que os responsáveis por essa formação, segundo quanto nos prescreve a Santa Igreja pelas palavras de Pio XII citadas no começo deste artigo, tenham sempre de mira uma formação ministrada realmente em **harmonioso desenvolvimento**, com o emprêgo de todos os meios e métodos, sem absolutamente se desprezarem os fornecidos pela própria natureza e pelos progressos da investigação humana" (7).

5) Mente da Igreja relativamente à formação humana

Mas a Igreja que tal nos afirma e a tanto nos obriga, dizendo ser evi-

(6) — Cardeal Larraona. Congresso de Buenos Ayres, "Actas", p. 77.

(7) — Const. Apost. Sedes Sapientiae, n. 21

dente a necessidade dêsse aproveitamento de "meios e métodos fornecidos pela própria natureza e também pelos progressos da investigação humana", supõe expressamente tratar-se de métodos e meios **bons**. Quer dizer, **certamente bons, provados, indiscutivelmente bons**. A Igreja não pode aprovar imprudências, não pode aprovar tentativas de duvidoso resultado, em que **riscos sérios** viessem a colocar em perigo vocações autênticas, transformadas imprudente e levianamente em cobaias de certos psicólogos e pseudo-educadores ou formadores! O valor de uma vocação é o valor de uma alma, e tal valor não pode ser exposto inconsideradamente ao fracasso por falta de equilíbrio no uso dos meios do seu cultivo.

Mas ainda quando se tratasse dos meios provados, autênticos, enfim dêsses meios que Pio XII diz não poderem ser absolutamente desprezados, antes, deverem ser sãbiamente aproveitados, é preciso ainda lembrar o que a respeito dos mesmos acrescenta o mesmo Pontífice: "...entretanto, não há pior erro, na formação de alunos tão escolhidos, do que o apoio exclusivo ou demasiado em tais métodos naturais, relegando-se a segundo plano ou de qualquer forma negligenciando os meios e auxílio da ordem sobrenatural, porquanto, para se conseguir uma perfeição religiosa e clerical rica em frutos apostólicos, os recursos sobrenaturais, tais como os sacramentos, a oração, a mortificação e outros semelhantes, são não somente necessários, mas de todo primários e essenciais" (8).

Propusemo-nos de comêço reprovar defeitos e excessos "igualmente perniciosos" no concernente à formação humana. Parece-nos, porém, diante dessas palavras do Magistério, que são mais temíveis os excessos pois contaríamos na sua obra deletéria com tôda a impetuosidade da mesma natureza, contaríamos com o apóio clamoroso do naturalismo imperante no mundo que nos cerca e que as jovens formandas trazem consigo dêsse mundo em que cresceram e de que instintivamente se impregnaram (9).

Faz-se mister, pois, equilíbrio, muito equilíbrio, sobretudo nos nossos tempos em que a necessidade da atualização e melhoria dos métodos pode facilmente camuflar a mania da reforma pela reforma, a qualquer custo, a custo dos piores erros e fracassos! Não em vão supõe Pio XII seja a formação colocada nas mãos de pessoas de "comprovada capacidade, que além de eminente saber, prudência, discernimento dos espíritos, experiência variada das coisas e dos homens e demais qualidades humanas, sejam ainda repletos do Espírito Santo..." (10).

Firmados em tais pressupostos e princípios, passarão as formadoras tranqüila e decididamente às práticas dessa formação humana segundo as exigências que lhes são peculiares.

(8) — Const. Apost. Sedes Sapientiae, n. 21.

(9) — C. Leôncio da Silva, Acta et Docum. Cong. Gen. S. Perf., Vol. II p. 509ss.

(10) — Const. Apost. Sedes Sapientiae, n. 19.

B — Exigências e práticas da formação humana

Dada a extensão do assunto, limitamo-nos a uma quase só enunciação das principais.

1) Normalidade física e psicológica

É o problema fundamental da saúde física e mental. Não se pode dizer tenha autêntica vocação quem não se encontra oportunamente dotado desses dons fundamentais da natureza (11).

1) Exigência prévia

No que diz respeito à saúde mental parece que não pode haver diferenças de Instituto para Instituto. No que diz respeito à saúde física, a diversidade de finalidades pode muito bem justificar maior ou menor rigor na seleção das candidatas. São válidas, porém, para tôdas as disposições dos Estatutos Anexos à Const. Ap. "Sedes Sapientiae" que ao falar da admissão de candidatos dispõe: "... indague-se ainda sôbre a sua aptidão física e psíquica, recorrendo-se também ao diligente juízo anamnóstico e diagnóstico de um médico experimentado, bem como em relação a taras, talvez hereditárias, **sobretudo mentais**; o parecer do médico seja anotado na ficha pessoal de cada um" (12).

A observância dessa norma pode prevenir tantos fatos por demais desagradáveis, que no passado tão perniciosos foram para as Instituições e chegaram mesmo a fazer derramar lágrimas por demais amargas à Igreja. Sua experiência plurissecular nos dispensa de tentativas, antes no-las proíbe, cujos riscos não se podem absolutamente justificar. Nem nos mova uma compaixão falsa nesses casos. As maiores sacrificadas e injustiçadas seriam as mesma candidatas que só teriam desvantagens em viver numa vocação que, por falta de qualidade, não é absolutamente a sua.

2) Conservação e cultivo

Uma vez constatada, porém, a normalidade física e psíquica das candidatas, são elas colocadas nas mãos das formadoras para serem conservadas e cultivadas. Grande responsabilidade! Empenho sério e inadiável desde o primeiro dia de permanência nas casas de formação!

a) **Em geral** — Dever-se-á incutir desde o comêço uma profunda convicção de que a saúde é um dom precioso de Deus, de certo modo pertencente ao Instituto em que querem viver. Deverá então ser cuidada com carinho como objeto precioso que não mais nos pertence, mas, ao contrário, deverá estar inteiramente ao serviço d'Aquêle a quem nós entregamos em doação total. Forme-se tal convicção com tal equilíbrio que se possam prevenir e evitar as preocupações exageradas com a saúde, que se podem encontrar em religiosos de certas idades.

De modo geral também, a respeito da saúde, dizem-nos os Estatutos Anexos: "As devidas provas e pesquisas devem ser diligentemente repetidas,

(11) — Const. Apost. Sedes Sapientiae, n. 13. Estat. Anexos, art. 33 s.

(12) — Estat. Anexos, art. 33.

e a ficha médica seja completada e posta em dia, por todo o tempo do tirocínio ou formação, principalmente antes das várias profissões ou equivalentes incorporações, sobretudo da definitiva... observando-se fielmente as precauções prescritas pelo direito (c. 973) "(13). Trata-se de um oportuno contróle tão necessário para se agir com eficiência sobretudo nos casos especiais que haverão, sem dúvida, de exigir cuidados especiais.

Para tôdas, porém, indicam-se meios e práticas de indiscutível valor, como as que seguem.

b) **Alimentação** — Ninguém pode ignorar ser realmente requisito ou meio fundamental para a conservação da saúde. Seja sadia e abundante! A boa alimentação é aquela que é oportunamente variada. Deve ser leve segundo o clima, as estações. Deve não esquecer as preciosas normas de uma dietética racional (14).

Não se trata de formar para o edonismo, nem favorecê-lo. Nem tão pouco se trata de esquecer que as formandas, como as formadoras, farão ou já fizeram voto de pobreza. Mas é preciso convencer-se de que, ressaltando a pobreza e as renúncias próprias da vida cristã e religiosa, a mais irracional das economias é a relativa à alimentação, sobretudo de jovens. Cêdo ou tarde deverão ser pagas com juros por demais pesados a médicos e farmácias e, o que é pior, à inatividade, à insuficiência, à incapacidade.

Não basta, porém, fornecer o que é conveniente às formandas. É preciso ainda educá-las para os bons hábitos da alimentação. Entre êles é fundamental o da oportuna trituração dos alimentos pela mastigação e ensalivação dos mesmos. A deglutição de alimentos sem "a primeira digestão" (que se faz justamente na bôca) é a responsável por um sem número de males de ordem física e psicológica contra os quais os especialistas e o **bom senso** tão frequentemente nos alertam. Quão diminuto, porém, é o número daqueles que observam norma tão fundamental! A agitação da vida moderna, o nervosismo, a falta de domínio próprio, o acúmulo das ocupações... apostólicas são frequentemente a causa dêsse defeito. Aquêlo quarto de hora, porém, roubado à alimentação, cêdo ou tarde será cobrado (e com que juros!) pela indisposição, neurastenia, insuficiência, pela doença.

c) **O sono** — Outro fator fundamental para a conservação e cultivo da saúde. Outro ponto básico de formação pelo qual deverão entender as formandas a sua necessidade e suas normas.

Em geral não há necessidade de se combater o excesso. Mais frequente é formar-se a mentalidade, e com ela os hábitos, que justifica serões interminos, vigílias massacrantes, a título, por exemplo, de apostolado! Exceções, é claro, são sempre exceções. Mas fazer de uma exceção uma regra, é um verdadeiro atentado! — A natureza pode resistir até certo ponto. Ao depois,

(13) — Estat. Anexos, art. 34.

(14) — O Ministério da Saúde publica e envia gratuitamente a qualquer interessado o Almanaque e o Mensário "SAÚDE", além de outras publicações. Informar-se no Serviço Nacional de Educação Sanitária, Rua Coelho e Castro, 6 — R. de Janeiro.

porém, vingar-se-á tremendamente. Deus não quer suicídios! Aos Institutos não interessa tanto o trabalho desmedido de jovens generosos, sim, mas inexperientes, que logo se inutilizam com a própria temeridade, quanto o trabalho menos impetuoso, mas equilibrado, experimentado, de sócios amadurecidos, sadios, que, com a experiência que só os anos dão, produzirão mais e melhor.

d) **Higiene física** — Vivemos num país onde, graças a Deus, os hábitos de higiene física são excelentes. Há quem nos julgue exagerados. É preciso, porém, dizer que o nosso clima, sobretudo em certas regiões e estações o exigem em absoluto. Mas independentemente do nosso clima (que muitas vezes é muito mais temperado que em tantos lugares onde o cuidado pela higiene física deixa tanto a desejar...) essa questão de higiene parece ser por nós concebida nos seus justos termos. Nada mais natural, por exemplo, que o banho diário mesmo durante o inverno dos nossos Estados do Sul.

A limpeza do corpo é meio que facilita o mesmo embelezamento da alma. Os médicos não duvidam em ver em tal cuidado oportuno pelo corpo até um adinículo favorável à mesma prática da castidade, e de outras virtudes individuais e sociais (15).

Nem se esqueça de que a higiene corporal é exigida pela caridade, sobretudo na vida de comunidade...

Parece-nos que é pseudo-mortificação essa do descuido da higiene corporal, inspirada normalmente pela preguiça e pelo desleixo.

É claro, por fim, que também nisso poderia haver excessos, vaidades. É tempo então, no tempo de formação, de colocar remédio aos excessos (como seria ridículo o uso de perfumes!...), ensinando o justo meio-térmo.

e) **Higiene mental** — A higiene física, disse-mo-lo, já merece boa atenção por parte de muitos entre nós. Poderemos dizer o mesmo da higiene mental, ainda mais importante, função da mesma higiene física?

Trata-se de conservar nossas faculdades espirituais sempre flóridas e eficientes. Trata-se de se evitarem os perniciosos defeitos do uso excessivo e irracional das mesmas, das doenças que lhes são próprias, dos defeitos ou anomalias que frequentemente as deterioram, quando não inutilizam completamente. Trata-se de formar bons hábitos para a conservação e valorização da nossa maior riqueza humana que é justamente nossa espiritualidade racional.

Quem não conhece os males do cansaço mental, do esgotamento, da abulia, do escrúpulo, das obsessões, das manias, das doenças mentais que podem facilmente desembocar na demência e na mesma amência?

(15) — Nem se pense que isso é descoberta dos últimos tempos... "Um escritor eclesiástico do século IV já dizia: "Banhar o corpo é bom e condizente com a castidade, pois se a alma estiver purificada pela luz da sabedoria ela tomará, igualmente o necessário cuidado, inspirado e puro, de que o elemento exterior, a sua própria carne, seja limpa". E. S. Agostinho recomendava às Religiosas o banho "tanto quanto necessário". (Ap. Suplemento da Rev. CRB, n. 13; julho de 1966).

Já conhecemos a obrigação grave dos formadores, de não aceitarem candidatos insuficientes segundo os dados seguros da ficha médica. Mas será que todos os não raros desequilíbrios têm sempre como fundamento as taras hereditárias, ou outras causas congêneres? — Não terão recebido muitas vezes as Congregações a candidatas suficientemente equilibradas que, ao correr do tempo, exatamente por falta de formação ou de disposições oportunas relativas à higiene mental, acabaram por se desequilibrarem e, às vezes, irremediavelmente?

Não raro nos chegam ao conhecimento a existência indúbia de organizações, mentalidades por demais alheias aos princípios mais elementares da higiene mental. Não gostamos de afirmações extremistas, mas há praxes que são verdadeiros atentados à saúde mental. Sê-lo-iam em qualquer época, mas o são ainda mais na nossa que não prima pela exuberância de energias psíquicas.

Não que queiramos sugerir uma formação mole, edonista, inimiga de qualquer renúncia. Bem pelo contrário fazemos questão de sublinhar quanto já foi repetido várias vezes ao longo destes artigos sobre o Juniorato, que só concebemos a religiosa autêntica, se imitadora de Divino **Crucificado**. E' questão de reconhecermos nossas limitações humanas. E' questão de nos conformarmos à nossa realidade humana. E' questão de **equilíbrio!** Muitas praxes, porém, fundadas em princípios eivados de angelismo, na procura de certas penitências ou privações que são inspiradas não por Deus mas pelo inimigo de nossa alma (16), são por demais arcaicas, nunca foram autenticamente cristãs, e devem ser atualizadas não só aos tempos, mas a esses mesmos princípios cristãos enunciados no princípio deste artigo.

A higiene mental, dada a íntima união da alma com o corpo, pratica-se com a mesma higiene física, e muitas praxes indicadas a seguir podem e devem ter essa dúplici finalidade.

1.º — **Horários** — Têm importância fundamental nesse assunto. Tanto mais que normalmente as futuras religiosas ou religiosas jovens, uma vez na vida apostólica vão imitar naturalmente, às vezes sem a mínima crítica construtiva, quanto lhes foi dado no tempo passado em formação.

Os horários têm que ser funcionais em todo o sentido. Devem levar em conta, durante o dia, por exemplo, as diversas atividades de uma formanda e distribuí-las oportuna e harmônicamente. As diversas atividades intelectuais devem ser entremeadas com atividades de ordem física, como o trabalho manual, as refeições, os recreios, os divertimentos, os esportes, a ginástica, etc.

Assim é norma elementar que não se dêem mais de duas horas de trabalho mental continuado. Que haja normalmente entre uma e outra aula ao menos cinco minutos para uma divagação, respiração, etc. Não se fazem trabalhos intelectuais (mesmo certas práticas de piedade comunitárias mais empenhativas) logo após as refeições principais. Mesmo após o café da ma-

(16) — Tanqueray, Comp. de Asc. e Mist., n. 769. Pollen. *La vie interieure simplifié*, n. 401 s.

nhã, o lanche, uma meia hora seria o normal para um pouco de recreio ou mesmo para trabalhos manuais, como a limpeza da casa.

Horários carregados excessivamente de empenhos e preocupações podem facilmente formar futuras religiosas obsessivas, escrupulosas, naturalistas, entregue à ação pela ação, sobretudo desnorteadas e desorganizadas, iludidas quicá com a idéia fixa de que lhes cabe a cada uma salvar o mundo todo num dia, ou convencidas de que sua consagração a Deus lhes proíbe, por exemplo, perder meia hora num pouco de recreio tão necessário para o nosso funcionamento psico-somático.

2.º — Recreios — Antes de mais nada repitamos serem absolutamente necessários. São indispensáveis para uma boa digestão. Para o descanso intelectual. Para a prática da caridade. Para o espírito de família.

Quanto ao último particular faz-se mister não se esquecer que a religiosa, como mulher, tem o instinto da família, da intimidade doméstica. Ela precisa da vida de família. Pois nada melhor que os recreios feitos com alegria, espontaneidade e mesmo (por que não sobretudo se jovem?) com exuberância, sempre fundadas, é claro, no equilíbrio e na caridade.

E' dom preciosíssimo o de muitas (ou de poucas?) saberem organizar recreios que satisfaçam às finalidades que lhes são peculiares. Nos Cursos de Mestras do Rio e Recife temos visto muita troca de idéia interessante a respeito entre as participantes. Não nos esqueçamos, porém, que, com a devida orientação, as mesmas formandas são muitas vêzes ricas de iniciativas mais oportunas. E' preciso saber aproveitá-las.

Não se esqueça o valor excepcional, na formação espiritual e apostólica, do apostolado da alegria!

3.º — Jogos e Divertimentos — Lembremo-nos de que as jovens precisam de muito movimento. De modo geral, pois, não podem ser impedidas de fazê-lo. Devem ser, quicá, organizados, aproveitados inteligentemente, por exemplo, nos jogos, esportes, ginásticas. Mas não podem faltar.

A jovem precisa sempre de falar e muitas vêzes de gritar! — Por que haveremos de nos admirar se hão de falar em todos os lugares, também nas horas de silêncio, se nas horas de recreio não se lhes deu a possibilidade de o fazer?

A característica principal dos divertimentos, dos esportes deve ser o desafôgo que devem proporcionar para o espírito e para o corpo. Devem ser muito espontâneos.

Os esportes trazem ainda outras vantagens como a de certo enrobustecimento dos membros, ao desenvolvimento do chamado espírito esportivo que inclui em si diversas virtudes humanas como a sagacidade, a constância, a lealdade, a magnanimidade, a delicadeza e outras mais, evidentemente bem necessárias para qualquer religiosa, sobretudo em razão do apostolado.

Lembrem-se também as vantagens do esporte para formar o espírito de grupo; para a colaboração, para a renúncia ao próprio egoísmo, para as vantagens da coletividade.

4.º — Ginástica — Pode ser considerada como uma espécie de esporte.

Mas tem algo de peculiar. Tem a finalidade explícita de desenvolver inteligentemente o corpo com práticas disciplinadas e disciplinadoras dos membros do corpo humano.

Favorece a circulação do sangue, dá elasticidade e vigor aos músculos, agilidade e graça aos movimentos. Corrige eventuais defeitos do porte externo e até deficiências físicas relativas. Sobretudo dá agilidade e leveza, e faz do corpo um instrumento excelente do espírito para as operações da inteligência e da vontade.

É um dos melhores remédios contra os humores maus e contra o mau humor, o pessimismo, a tristeza e outros defeitos e doenças do corpo e do espírito. — Quantos escrúpulos, quantas depressões, quantas doenças espirituais se vencem com relativa facilidade, quando houver a ajuda desses exercícios ginásticos e esses meios de higiene mental.

Mas é preciso que se convençam as formandas das suas vantagens excepcionais e que se ensinem bons hábitos de ginástica. Para tanto não poderiam faltar algumas aulas de educação física em tempo oportuno. Toda a formanda e todas as formandas deveriam, por quinze, ao menos por dez, que fossem só cinco minutos diários constantes, sem exceção, sobretudo pela manhã, praticar ginástica. E quantas vantagens! Sem nos esquecermos de que seria ótima prática de mortificação, ao menos da vontade, que assim melhor se formaria para a constância, tão necessária para adquirir persistência, perseverança, também na vida espiritual e apostólica (17).

5.º — **Passeios** — A estas práticas deve-se acrescentar a dos passeios, que serão evidentemente menos frequentes, mas que proporcionam vantagens que lhes são próprias. Um semanal de pequenas proporções, que poderia ampliar-se uma vez por mês, e uns três ou quatro mais extraordinários durante o ano letivo é praxe já bem antiga para muitos Institutos, com excepcionais vantagens para as formandas, não só, como também para todas as religiosas que dêles participam. Aliás tal prática não deveria ser exclusiva das formandas.

A mudança de ambiente por algumas horas, por um inteiro dia, mudança de horário, uma certa distensão, têm vantagens indiscutíveis para o devido repouso, distração, revigoramento físico e espiritual.

6.º — **Férias** — A Santa Sé tira-nos qualquer dúvida a respeito (18). E a primeira dúvida ou erro seria a de pensar que férias não são feitas para religiosas ou para futuras religiosas. Bem pelo contrário. Ressalvando-se, de fato, o princípio de que não sejam férias de burgueses ou de puros edonistas, mas que sejam férias que convenham a religiosos, é preciso dizer que elas são necessárias. Necessárias mesmo na hipótese que todas as práticas precedentes fossem fielmente tidas em conta. É que aos poucos, ao longo de um certo período de tempo, nossas forças vão-se naturalmente arrefecendo

(17) — Queremos indicar como excelente sobre esse assunto a obra de W. Lockington, *Saúde física e Vigor espiritual*, 1961, edições Paulinas, série psicológica, vol. 16.

(18) — *Estatutos Anexos*, art. 35 § 3 1.º; 42 § 6; 13 § 1, 5.º.

e faz-se mister então uma pausa, um rearmazenamento. Para tanto temos necessidade de férias.

Dado que também a mudança de trabalhos pode redundar em descanso, pode correr a idéia de que as formandas, que mais intensamente se dedicaram ao estudo, durante um ano letivo, não precisam senão dessa mudança, passando, por exemplo, todo o tempo das férias em apostolados, em certos trabalhos. A Santa Sé não exclui a possibilidade de trabalhos e apostolados no tempo de férias. Quer, porém, que estejam em função da mesma formação, e exclui em absoluto o simples "aproveitamento" dessas forças jovens. Sobretudo faz-nos lembrar que oito, nove meses de intenso trabalho intelectual e espiritual, cansam muito mais que o mesmo tempo empregado em certos trabalhos da vida ativa.

Mas também a vida ativa cansa e cansa por demais. Assim, para toda a religiosa não deveriam faltar ao menos alguns dias de verdadeiro repouso (não os dias dos exercícios espirituais, que deveriam cansar-nos fortemente), quem sabe uns quinze dias ao menos, que não seriam dias de ócio pernicioso, mas verdadeiro descanso e robustecimento do corpo e do espírito.

Muitos Institutos já tiveram visão oportuna, previdente, do problema, e em tempo já obtiveram estâncias especiais para o repouso das suas religiosas. O Brasil é ainda rico de grandes possibilidades para tal fim. Excessivas demoras, porém, nesse campo poderiam tornar impossível tal empresa (19).

Quantas vantagens de ordem física e psicológica não advirão aos indivíduos e aos Institutos se se souberem valorizar êsses princípios e práticas (rapidamente enunciados até aqui) da formação humana. Tal formação humana, porém, tem ainda valores ainda mais elevados, que não de ter-se bom de mira e ainda mais decididamente cultivados no tempo da formação.

(Continua no próximo número da Revista)

(19) — Tivemos notícia de uma Casa de Férias para Religiosas de qualquer Congregação, dirigida pelas Irmãs Servas da Santíssima Trindade, do Rio de Janeiro.

A CATEQUESE EUCARÍSTICA EM UM MUNDO TRANSFORMADO

Pe. Dr. Frei Guido Vlasman OFM

II

A CATEQUESE EUCARÍSTICA NO PASSADO: A CATEQUESE DA PRESENÇA

No primeiro artigo desta série sobre a catequese eucarística temos anotado várias causas que fizeram com que a catequese em geral não alcançasse a finalidade — e nem precisava talvez alcançá-la — que ela hoje se propõe e deve propor-se. Sem dúvida, quando a catequese quer realizar a sua tarefa pastoral, deve ela levar à prática da religião, e dirigir-se para o centro da prática religiosa, a Eucaristia. Vimos, porém, que a catequese do passado era bem outra. Não havia uma relação interna da catequese (do ensino do catecismo) com a prática religiosa: faltava a relação pastoral, essencial à catequese, e mais necessária ainda na catequese de hoje.

Uma outra causa, e mais diretamente responsável pelo modo de encarar-se a catequese, era a sua relação estrita — de dependência direta mesmo — com a teologia especulativa. O ensino do catecismo era mais um ensino dos manuais de teologia simplificado. Esta simplificação já era por si um perigo; mas, mais ainda, a mentalidade teológica daquele tempo, com sua tendência a fórmulas claras e precisas — que nem sempre salvam o mistério profundo da religião que reclama o ato de fé — com sua tendência apologética, especialmente contra-reformatória, e com a sua tendência de sistematizar a teologia de um modo analítico, de tal modo que corta a doutrina em pedaços para considerá-la por parte...

A Eucaristia, que devia ser o centro doutrinal e pastoral da catequese, não era considerada senão como um sacramento, ao lado dos outros sacramentos. A sistematização teológica sistematizou também a catequese. Assim se reduzia a catequese ao ensino de algumas noções particulares, à explicação das respostas do catecismo, ou mesmo ao ensino de algumas verdades particulares. Não havia um princípio que pudesse unificar toda a catequese em redor de uma verdade pastoral básica, com a conseqüência que as verdades realmente básicas da religião caíam facilmente no olvido do povo fiel; e a prática e piedade deste dirigia-se quase necessariamente a alguns pontos periféricos da religião.

A Concepção da Eucaristia

A origem e causa principal desta "má colocação" da Eucaristia na catequese, é a própria concepção do mistério eucarístico: **uma concepção unila-**

teral que falsifica em certo sentido o mistério porque o reduz a um aspecto apenas.

A Igreja primitiva teve ainda uma visão de conjunto dêste grande mas complexo mistério, visão esta que nos grandes escolásticos — notadamente em Santo Tomás — se conservou de modo evidente (1). Na época escolástica vemos aparecer também uma atenção especial pela grandeza do **mistério tremendo**, pelo misterioso sentido das palavras consecratórias e para as "concomitâncias" do sacramento. Aos poucos — e certamente na sua apresentação pastoral e catequética — se começava a limitar o conteúdo teológico da Eucaristia quase só à **presença real** de Cristo, sem ulterior especificação. Assim podia acontecer que na concepção popular a Eucaristia não era senão o **sacramento da presença de Deus entre nós**, o sacramento do Emanuel, do "Deus-conosco".

Quando uma criança de 4 anos diz: "Mamãe, eu 'tomanhei'; Papai do céu tá no meu 'tolação', quentinho" (2), não podemos nós ficar satisfeitos com o conhecimento da Eucaristia que se revela nesta expressão; mesmo em se tratando de uma expressão de uma criança tão pequenina... Pois ela manifesta uma concepção quase totalmente virada do que é o sacramento eucarístico, uma expressão em que tôdas as deviações teológicas de uma catequese eucarística passada estão reunidas...

No presente artigo queremos tentar de fazer uma análise teológica da catequese eucarística passada, apontando especialmente as suas falhas. Será, portanto, um trabalho negativo, mas em que já se hão de esboçar as linhas de uma orientação nova (3).

O Concílio Tridentino e a Catequese Eucarística

As acentuações teológicas unilaterais, às quais nos referimos acima, não se originaram apenas por uma atenção por demais exclusiva à presença real, com a consequência inevitável que certos aspectos do mistério ficaram ofuscados em benefício destoutro (4). A causa talvez decisiva do modo de apresentar o conteúdo teológico na C. E. — e na teologia dogmática — é a mentalidade contra-reformatória. Com muita razão escreve o Prof. Arnold (5),

1) cfr. p. ex. A. VONIER, *La clef de la doctrine eucharistique*, (Paris, 1941), que é baseado totalmente em Santo Tomás, e de outro lado o início mais ou menos da teologia recente da Eucaristia. (A obra é escrita e publicada em inglês, em 1928).

2) Citada em A. NEGROMONTE, *Pedagogia do Catecismo*, (Rio, 1957?), p. 215, nota 8.

3) Para compreender bem estas linhas novas — que aqui vem sendo esboçadas apenas, é indispensável ler os artigos sobre a teologia eucarística que estão em curso de publicação na REB. Estes artigos fazem um conjunto com os artigos publicados aqui (como tese doutoral apresentada ao Instituto Pastoral da Universidade Lateranense). Os três artigos teológicos são a base doutrinária para esta série mais prática-catequética.

4) Assim diz M. SCHMAUS, *Katholische Dogmatik*, II/2, (München, 1955⁵), p. 165 ss.

5) F. X. ARNOLD, *Vorgeschichte und Einfluss des Tridentinischen Messop*

num estudo fundamental sobre o Concílio de Trento e sua influência na C. E. posterior: "O conteúdo da C. E. e sua acentuação se movem, e mais que geralmente se pensa, na perspectiva das discussões e decisões teológicas do Concílio Tridentino".

O Concílio de Trento teve como principal objetivo de condenar as heresias do protestantismo. As decisões conciliares foram, por isso, influenciadas negativamente por estas mesmas heresias: os cânones dirigiam-se contra as falsas doutrinas e interpretações, e não queriam dar uma visão total do conjunto teológico dos vários dogmas. E de outro lado é compreensível que as verdades, aceitas e defendidas pelos protestantes — e muitas vêzes exageradas por eles, se bem que, fundamentalmente, ficam sendo verdades — não eram tratadas pelos Padres Conciliares, ou, se tratadas, apenas superficialmente. Mas levantaram-se com ênfase — e mais ainda os teólogos post-tridentinos — contra os exageros das verdades, acentuando outros aspectos do dogma, contrários e opostos aos exageros. Um exemplo da teologia post-tridentina é, p. ex., a insistência com que defende a posição exclusiva do sacerdote como ministro do SS. Sacramento, contra os protestantes que deram um valor exagerado ou até exclusivo à comunidade cultural dos fiéis. Mas por esta mesma reação esqueceu-se a teologia — e mais ainda a prática — que também a comunidade dos fiéis tem o seu papel na celebração eucarística, como Pio XII explicou na "Mediator Dei" (6). Era necessário um Movimento litúrgico de dezenas de anos, e uma insistência pastoral — exagerada também às vêzes — para inculcar a necessidade não apenas pastoral mas mesmo teológica da "participação ativa" dos fiéis na missa.

Quando a C. E. se vai orientar exclusivamente por esta polêmica contra-reformatória, é evidente que não se pode esperar uma exposição total do mistério; a catequese será mais uma defesa de certos aspectos da verdade, e é fácil esquecer-se que estes aspectos dão apenas uma parte da verdade inteira. É por isso que o Prof. Arnold, no seu já citado artigo, acrescenta: "É claro que a teologia pastoral e a catequese eucarística não se podem contentar com uma doutrina eucarística que mórmente é baseada na polêmica contra-reformatória e orientada por essa" (7).

A Tripartição da Catequese Eucarística

A influência dos decretos eucarísticos do Concílio de Trento é muito

ferdekrets, auf die Behandlung des eucharistischen Geheimnisses in der Glaubensverkündigung der Neuzeit, in ARNOLD-FISCHER, Die Messe in der Glaubensverkündigung, (Freiburg, 1953²) p. 119. Publicado também em Seelsorge in der Mitte der Heilsgeschichte, p. 64-111.

6) Vejam p. ex. nos manuais de teologia dogmática de Diekamp ou Tanqueray, que não falam do papel do leigo assistente na missa. Que os catecismos oficiais não falam disso, sabemos todos e deu ocasião a B. Fischer de escrever um livrinho: *Was nicht in Katechismus stand. Fünfzig Christenlehre über die Liturgie der Kirche* (O que não consta no catecismo. 50 lições sobre a liturgia da Igreja). Trier, 1953.

7) 1. cit.

evidente no esquema do tratado eucarístico, apresentado pelos manuais post-tridentinos, a saber as heresias referentes à presença real, ao sacrifício e à comunhão. E agora vemos aparecer o esquema do tratado eucarístico, orientado e disposto conforme aos três capítulos conciliares sobre a Eucaristia. Divide-se a matéria em três partes: na primeira fala-se da presença real eucarística, tratando a instituição, a transubstanciação, a matéria e forma e as aparências sacramentais, antes e depois da consagração, o poder sacramental de mudar o pão e o vinho etc.: tudo que pode dizer respeito à presença real. O segundo capítulo apresenta a Eucaristia enquanto sacramento, isto é a comunhão que é recepção de Jesus na alma do fiel, tratando-se aqui especialmente das disposições e condições de comungar e os efeitos da comunhão. Por fim trata-se num terceiro capítulo — e na catequese da primeira comunhão nem se fala a respeito (8) — da Eucaristia enquanto sacrifício, isto é da Santa Missa, a sua relação com o sacrifício da cruz, a obrigação de assistência a ela etc (9).

Assim se dissecou em três capítulos a realidade dêste mistério. Pois êste esquema teve como conseqüência fatal a divisão, ou antes, a **separação dos três aspectos do mistério eucarístico: a presença real eucarística**, objeto da nossa adoração; **a comunhão**, recepção de Jesus; e **a missa**, a renovação do sacrifício da cruz. Não se mostrou a unidade que existe entre êstes três aspectos numa visão total do mistério eucarístico. Cada uma das partes era tratada em si, sem relação com as outras, afora de uma relação mais ou menos externa entre a presença real e a comunhão. O sacrifício não parecia ter nada a ver com a Eucaristia, e esta não tinha relação com a missa.

A teologia recente, ao invés, demonstrou com tôda evidência, que a

8) Assim p. ex. F. Spirago, *Grundliche Belehrung über die Hl. Kommunion*, Hannover, 1928¹¹, mas também em catecismos recentes como p. ex. *Catecismo da primeira comunhão*, Ed. Paulinas, 1954 L. JAEGER, *Nosso neopentente e neocomungante*, Porto Alegre, 1958³, E. GONZAGA-J. LOPES, *Planos de lições de catecismo*, I, Juiz de Fora, 1960 (primeiro ano) p. 90-108; *O teu catecismo*, (da livreria editora salesiana) primeiro ano; M. A. LOSCHI, *Catecismo Rural*, ed. Paulinas, 1959², para indicar alguns brasileiros. Poder-se-ia observar que para a primeira comunhão bastaria que a criança soubesse distinguir o pão comum do pão consagrado, o que sem dúvida estas catequeses conseguem. A questão é precisamente esta, se o simples insistir exclusivamente na presença real é justo e se não originará falsas direções. Outras catequeses (p. ex. Negromonte, *Preparação para a primeira comunhão é melhor ainda*. P. Parsch, *Primeira comunhão, catecismo e ritual*) dão uma outra e mais completa visão da Eucaristia, e conseguem também o mesmo objetivo. Havemos de voltar ainda assiduamente a êste problema.

9) Assim p. ex. *Catechismo della dottrina cristiana*, publicado per ordine del Sommo Pontefice Pio X. Città del Vaticano, 1959; *Primeiro catecismo da doutrina cristã*, para uso das dioceses das Províncias Eclesiásticas meridionais do Brasil, Petrópolis, 1935¹¹, p. 28-32 (que é conforme o catecismo oficial de 1931); os três catecismos de P. Gasparri, o catecismo holandês de 1948, e o catecismo de Baviera de 1948, etc. Para uma crítica fundamental nò plano teológico da tripartição do tratado eucarístico, cfr. L. SCHEFFCZYK, *Die Zuordnung von Sakrament und Opfer in der Eucharistie*, in *Pro Mundi Vita, Festschrift zum Eucharistischen Weltkongress, München*, 1960, p. 210-213.

Eucaristia é precisamente o "sacramento do sacrifício", e que o sacrifício é o aspecto mais importante e explicativo de todo o mistério eucarístico. Um esquema bem feito deverá começar com o sacrifício, i. é com a Santa Missa, para explicar nela a presença real e a comunhão. Só assim poder-se-á apresentar o mistério eucarístico numa visão total e unitária, em que cada um dos aspectos receberá o seu justo lugar e seu valor específico.

A Catequese da Presença

Pois esta separação dos vários aspectos do mistério eucarístico — o meu estimado professor de liturgia pastoral, A. Bugnini, secretário da comissão litúrgica preparatória para o Concílio, e que orientou o presente trabalho, chamou-a de viviseção, pois que separa as partes vivas de um corpo vivo (10) — esta separação veio ainda de encontro à visão algo unilateral do sacramento eucarístico. Essa dirigia-se quase exclusivamente à presença real de Cristo. O objeto do SS. Sacramento parecia apenas ser esta presença, a hóstia consagrada em que Jesus está presente com Corpo e Alma, Humanidade e Divindade.

A catequese não falava do sentido desta presença eucarística, o sentido que especifica e aprofunda o conteúdo teológico da presença de Cristo como sendo a presença de Cristo-Vítima, Cristo-Sacerdote que se oferece ao Pai, Cristo-Mediador que, pelo seu sacrifício, nos leva à salvação. A presença eucarística não tinha relação com o sacrifício, ao que parecia: **o tabernáculo dominava o altar**, não apenas materialmente, mas também na prática da piedade eucarística e na própria transmissão da doutrina.

O ponto de partida da C. E. era a presença real (11), o que propriamente virava tóda a pedagogia divina sacramental. Pois a presença eucarística, fora da celebração eucarística, é a última consequência teológica (e cronológica) da celebração eucarística, é a Santa Reserva no tabernáculo, o **sacramentum permanens**, o sacramento que permanece também depois da missa. E a presença eucarística na missa devia ser o auge, aos poucos preparado, o mistério interno, escondido pelo sinal externo. Como tal ela devia chegar no fim da catequese como a sua coroação, como o mistério eucarístico inexaurível. Quando uma criança pergunta o que é um automóvel, diz Tillmann (12), não se começa explicar a combustão da gasolina no interior do motor, mas com aquilo que se vê quando passa um auto. Ora, na apresentação da Eucaristia se devia começar com a ação da missa, a celebração eucarística, pois

10) A. Bugnini, *Appunti di Liturgia Pastorale* (curso inédito do Pont. Inst. Pastoral de Roma) 1960/1, p. 102.

11) Assim afirmam explicitamente por ex. M. BAND, *L' éducation eucharistique*, in *Eucharistie, Encyclopédie populaire sur l'Eucharistie*, Paris, 1934, p. 43; A. NEGROMONTE, *A Pedagogia do catecismo*, p. 209 ("Façamos da presença real o ponto de partida da formação cristã"), D. LLORENTE, *Tratado elemental de pedagogia catequística*, p. 376. "La fé viva em la real presencia de Jesus, en la sagrada Hostia es el punto de partida para la educación eucarística". etc. E a prática conhecemos todos, pois todos fomos educados nesta visão.

12) cfr. in *Eucharistie und Katechese*, Freiburg, 1955, p. 58.

sem ela, diz Weterman com razão (13), não há nada para guardar no tabernáculo. E ainda, sem ela não se pode apresentar a presença eucarística em tôda a sua realidade profunda, pois o brilho e o esplendor dêste fato misterioso há de encobrir forçosamente todos os outros aspectos do mistério; para êstes não há lugar então, nem interêsse...

De fato podemos verificar que a finalidade da C. E. — certamente nos séculos passados, mas mesmo hoje ainda, aqui ou acolá — se limitava praticamente à asseguaração da fé na presença real de Cristo: o que importa é que a criança saiba que na hóstia consagrada esteja Deus (13a). Todo o resto da C. E. está em função desta presença, tudo gira em tórno da presença real, de tal modo que A. Weber (14) a caracterizou, com razão, como sendo "Gegenwart-Unterricht", **catequese da presença**. De fato, a única doutrina apresentada e explicada (até nas suas particularidades ínfimas teológicas) era a presença eucarística. E conseqüentemente, no seu aspecto pastoral — enquanto reclama uma atitude do homem — podemos chamá-la "Anbetungs-Unterricht", **catequese de adoração!**

A Definição Eucarística na "Catequese da Presença"

Vejamos p. ex. as definições da Eucaristia, tal como as encontramos nos catecismos do comêço dêste século. Lá se diz: **A Eucaristia é o sacramento do Corpo e do Sangue de Jesus sob as espécies de pão e vinho, ou a Eucaristia é o sacramento em que é presente Cristo com Corpo, Sangue, Alma e Divindade.** Assim p. ex. no catecismo da primeira comunhão do Cardeal Gasparri, na "primeira comunhão das criancinhas" de A. Michel, no Catecismo da Doutrina cristã para uso da Arquidiocese de Pôrto Alegre etc.

Esta definição é, dogmáticamente, inteiramente justa e certa, copiada até do decreto do Concílio de Trento (15). Mas quantas conclusões teológicas e quantas reflexões supõe uma tal definição, quantas heresias ataca, e sobretudo quantas verdades faltam nela!

Será que o Concílio Tridentino queria mesmo dar uma definição com-

13) J. WETERMAN, *Proeve van eucharistie-katechese*, in Dux, 22 (1955) página 415.

13-a) Esta fé é também o mínimo requerido pelo decreto da primeira comunhão. (*Quam Singularis*, C, 3, in AAS 2 (1910) p. 582). Mas o mínimo não quer dizer ainda que é tudo, e menos ainda quer indicar a expressão do decreto o caminho pedagógico para se chegar a êste mínimo. Se bem que devemos interpretar o decreto e suas expressões no seu tempo, creio que êste mínimo se referia ao mistério mais profundo da Eucaristia. E há vários caminhos para se chegar lá, uns que afirmam-no simplesmente (método pedagógico de imposição) como a "catequese da presença", outros que iniciam a criança aos poucos no mistério, conforme os princípios pedagógicos humanos (e divinos-sacramentais!). O melhor caminho, qual será? Se poderá ver pelos resultados só. i. é como é o conhecimento e a prática eucarísticas do povo fiel.

14) *Zur Gestaltung des Erstkommunionunterrichts*, in *Katechetische Blätter* (cit. K. Bl.) 67 (1941) p. 1

15) cfr. Denziger, 883

pleta da Eucaristia nesse decreto? Será que tem razão J. Gomez (16), quando afirma: "La esencia del sacramento eucarístico consiste no en la consagración, porque es algo transitorio — e os outros sacramentos então? — ni en la comunión, porque supone ya existiendo el sacramento, sino en las especies consagradas, las cuales contienen el Cuerpo y la Sangre de Jesus Cristo. Así parece expresarlo el Sagrado Concilio de Trento"? O Concílio de Trento, ao meu aviso, não queria definir a essência da Eucaristia, mas apenas afirmar, contra a heresia protestante, o **fato** da presença real. Como os Padres Conciliares pudessem negar tão completamente a doutrina do Doutor Comum que afirma peremptoriamente: "a realização deste sacramento está... na consagração da matéria" e "o sacramento eucarístico se realiza na consagração mesma da matéria" (17). Santo Tomás — e a teologia recente com êle — sustenta que o sacramento eucarístico é uma ação **dinâmica**, uma ação salvífica, uma santa **celebração**, que se realiza, na sua essência mesma, no momento da consagração. Pois neste momento Cristo oferece ao Pai eterno o seu próprio Corpo e Sangue sacrificados, como ato de louvor e ação de graças ao Pai, e remissão dos nossos pecados. É por isso também que Cristo está presente, realmente e pessoalmente, antes de tudo na pessoa do celebrante, sinal sacramental (eficiente) e ativo do Cristo-Sacerdote no momento culminante da sua ação sacerdotal. E depois nas espécies eucarísticas, como Cordeiro de Deus, Vítima sacrificada, sinal da nossa aliança com Deus no seu Sangue.

Devemos ver a presença eucarística como a epístola aos hebreus ou o Apocalipse nos descrevem a **presença sacerdotal e litúrgica do Cristo no céu** "sempre intercedendo por nós, como "o Cordeiro de Deus diante do trono". Pois não cremos que é este Jesus, o Jesus glorioso do céu, que está presente na Eucaristia? E não cremos que a nossa liturgia nas igrejas é penhor e antecipação da liturgia celeste, mais ainda, que ela é esta mesma liturgia celeste no sacramento, como todo e qualquer contato direto e eficiente com o céu vai através do sacramento?

A definição da Eucaristia devia ser então — como p. ex. na dogmática de Schmaus (18) — A Eucaristia é o **sacramento do sacrifício**, o **sacramento sacrificial**, o **sacrifício da Cruz nos sinais sacramentais de pão e vinho** etc. A "definição" da "catequese da presença" não define a Eucaristia, mas apenas um aspecto dela, a presença real eucarística, tomada isoladamente; ela define o **objeto** da ação sacramental, o **sacramentum permanens**, i. é, o sacramento enquanto permanece também fora da missa: as espécies eucarísticas! E ainda o define de um modo unilateral, pois também o **sacramentum permanens** (o pão e vinho consagrados) têm uma relação essencial com a celebração da qual provém e não se explica nem se define sem esta sua relação com o sacrifício eucarístico!

16) Catecismo eucarístico, Barcelona, 1953, p. 15

17) S Th, III, 80,12 ad 2: Perfectio huius sacramenti est ... in consecratione materiae id. III, 73, ad 3: Sacramentum eucharisticum perficitur in ipsa consecratione materiae".

18) op. cit. IV/1, p. 204

A Consagração

Também a consagração recebe na "catequese da presença" uma visão unilateral, orientada como é apenas para a presença real: a consagração se reduz na C. E. à transubstanciação- apenas, à mudança de pão e vinho no Corpo e Sangue do Senhor (19). A única finalidade da consagração parece ser assim **confeccionar o sacramento**, i é fazer o "sacramentum permanens", fazer com que Jesus esteja presente (na hóstia consagrada). (A presença na espécie de vinho não interessa tanto; é também muito complicada nesta visão...).

Não se vê assim que a consagração é também a essência do sacrifício, e que precisamente por causa do sacrifício Jesus está presente sobre o altar. Uma pergunta ótima como no livrinho para a primeira comunhão de Pius Parsch: **Como é que Jesus está presente em cima do altar?** com a sua resposta: **Jesus está presente no altar, imolado como divino Cordeiro do Sacrifício, mas vivo; Jesus está presente no altar com Corpo e Alma, como Deus e Homem**", é uma pergunta totalmente inconcebível na catequese daquele tempo. Pois então se afirmava uma presença eucarística sem especificação: presente é Jesus, e Jesus é Deus! O que é totalmente verdade, e totalmente incompleto (20)!

E tudo é interpretado assim: o poder sacerdotal, referente à Eucaristia, se reduz quase unicamente ao poder de transubstanciar; as palavras da Instituição: "**fazei isto**", parecem referir-se apenas à realização da transubstanciação, como se a única coisa que "se deve fazer" é mudar o pão e vinho, em vez de **celebrar a memória** de Jesus, a memória da sua paixão, morte e ressurreição, da sua Páscoa... É interessante observar, como se cortam até as palavras da consagração — e do Evangelho — deixando de fora o que não vem ao caso (da transubstanciação): não se cita o texto inteiro da Consagração, que contém várias referências ao caráter sacrificial, mas apenas as palavras: Isto é o meu corpo, Isto é o meu Sangue. E a conclusão é evidente: Jesus está na hóstia consagrada. Mas isto não é tudo que se pode contar e explicar da consagração! Falta até o fato mais importante, o resto do texto que explica o **porque** da presença de Jesus, o seu sacrifício.

A consagração se torna assim facilmente uma espécie de **milagre**, como a multiplicação dos pães ou a mudança de água em vinho nas bodas de Caná.

19) Assim vê às vezes ainda em catequese recentes, p. ex. C. BEEBE, *A Missa explicada para o lar, a escola e a igreja*, Petrópolis 1957; M. DA SILVA, *Missa das crianças*, Petrópolis, 1960; M. Loschi, *Catecismo rural*, cfr. p. 67, e 168; A. Negromonte, *Meu catecismo*, primeiro ano primário etc.

20) Com razão diz Jungmann no entanto (*Catechetica*, p. 202): "si crede di favorire la comprensione e al tempo stesso di salvaguardare la dignità dello argomento dicendo: Dio è presente nell'ostia... Di un simile adattamento già Gustavo Mey aveva dato questo giudizio: Se si parla di presenza della divinità, il dogma viene stravolto e il mistero diventa una cosa mostruosa"! Quem é presente é Jesus, o Homem — Deus! Devemos conservar na catequese a verdade da SS. Trindade, a revelação mais profunda que Jesus veio trazer! O "Deus unitário" pertence à revelação primitiva do Antigo Testamento!

De fato, a "catequese da presença" vê na consagração mais um milagre do que um sacramento. E um milagre com uma finalidade precisa ainda, como nos afirma o Catecismo oficial da Primeira comunhão de Portugal (21): "Jesus nos deixou a missa. **Para continuar sempre no meio de nós**, Jesus fez um grande milagre: mudou o pão e vinho no seu Corpo e Sangue: foi a primeira missa". Milagre, mudança, para ficar entre nós, e tudo isso é a missa... Como é pobre uma tal missa, quando a comparamos com a realidade!

A atitude espiritual, proposta pela literatura piedosa e na catequese, é, muito conseqüente, **uma atitude de adoração da hóstia consagrada**, de Jesus presente. Até em livrinhos de explicação da missa se encontra esta atitude, logo após a consagração. Assim p. ex. em "**A Santa Missa explicada**" de Fr. Inocêncio, fala-se justamente: "Jesus, o Filho de Deus, Deus verdadeiro está aqui presente sôbre o altar, sacrificando-se pela mão do sacerdote, que nas suas orações comemora a obra redentora". Depois continua êle logo: "Vamos adorar a Nosso Senhor". Ora, a adoração de Jesus eucarístico é inteiramente legítima, justa e necessária. Mas será que é a primeira atitude depois da consagração, quando esta é vista no seu contexto litúrgico inteiro? Jesus está presente para oferecer o seu sacrifício ao Pai, e para oferecer a nós a possibilidade de participarmos nesta sua ação sacrificial, para que nós também possamos receber a graça da salvação. A primeira atitude depois da consagração será então uma atitude de sacrifício, de acompanhar o gesto sacrificial de Jesus. A Missa não é em primeiro lugar "para adorar Jesus", mas para participar no sacrifício de Jesus, e adorar n'Ele, com Ele e por Ele, o Pai de Jesus, e nosso Pai! A atitude de adoração é primária para o **sacramentum permanens**, para Jesus, presente no tabernáculo. Mas não é correto que o "sacramentum permanens", que devia ser a conseqüência da celebração eucarística, tome o lugar da própria celebração.

A Comunhão

A comunhão, nesta visão isolada da missa, não podia ser senão "**comunio cum Cristo**", um encontro pessoal com Jesus que passa do tabernáculo do altar ao "tabernáculo" do nosso coração. É expressão corrente que "Jesus vem do tabernáculo"; para dar a comunhão deve o padre primero "abrir o tabernáculo"; e nos quadros e santinhos vemos a mesma coisa: Jesus — ou a hóstia consagrada — vem do tabernáculo!

Assim gira a visão da comunhão também principalmente em redor da presença real, o que a reduziu quase a **uma devoção privada**: em vez de adorar Jesus no tabernáculo ou ostensório, passa-se a adorá-LO "realmente presente" no coração (22). Ora, **adorar Jesus eucarístico é uma devoção, mas co-**

21) Catecismo da primeira comunhão, ed. oficial de Portugal, 1953, lição 15.

22) U. Pasquale (*Gesù mia vita*, Torino, 1959) parece que já está satisfeito com a comunhão vista como devoção. Diz êle (p. 55): "La comunione non bisogna tanto considerarla come un semplice atto di devozione, cosa già lodevole (!), ma come una necessità della vita spirituale". A êste propósito veja-se o ótimo livro de H. FISCHER, *Eucharistie-Katechese und Liturgische Erneuerung*, p. 80ss

munçar é participar do sacramento, o que é infinitamente diferente. Seria esvaziar a comunhão de todo o seu sentido sacramental, quando a consideramos apenas como a recepção no nosso coração de Jesus eucarístico com suas graças. Seria outra vez substituir o sacramento eucarístico no seu sentido dinâmico e ativo pelo **sacramentum permanens**, i. é a celebração eucarística, rica e repleta de mistérios indizíveis, pela presença estática de Jesus sem mais. Ou, em outras palavras: seria substituir o sacramento por uma devoção.

A comunhão não é uma devoção, uma adoração- apenas de Jesus-Hóstia no coração (onde está então a diferença com a bênção eucarística, fora da diferença de **lugar?**). Mesmo antes da comunhão Jesus já está presente na alma do justo já desde o batismo dêsse! A particularidade da comunhão está precisamente na **sacramentalidade** desta vinda de Jesus, i. é na sua ligação com o sacramento inteiro. A comunhão é "**participatio haec altaris**" como diz a oração **Supplices** do Canon, uma participação a este altar, ao sacrifício que ora se celebra; é uma união com Jesus eucarístico, i. é com Jesus que se oferece ao Pai e quer elevar-nos neste mesmo movimento salvífico. Ou, em outras palavras, **Jesus não vem do tabernáculo ao nosso coração, mas do altar**, mesmo que materialmente se deva tirar o cibório do tabernáculo.

A Ascese da Comunhão

A catequese da comunhão se reduzia no passado praticamente a três perguntas: **Quem vem? — Jesus, meu Deus e Salvador; a quem? — a mim, pobre pecador; por que? — porque gosta de mim e quer fazer-me feliz!** Nestas três perguntas está formulado todo o sentido teológico e espiritual, e ainda psicológico da comunhão na "catequese da presença".

A expressão típica que caracteriza esta catequese, vê a comunhão como a **visita de Jesus**, ou melhor como a visita do grande Rei à cabana miserável do mais pobre e vil dos seus súditos. Assim alcançava-se uma pintura em prêto-branco, que marcava bem a grande distância entre Deus e o pecador — em vez de aproximar o homem de Cristo — e a imensa benignidade de Deus. E por isso exigia-se **tôda a atenção para uma digna recepção**; a limpeza do coração, a pureza da alma etc. que faziam aumentar mais ainda o respeito... e daí também o mêdo de aproximar-se da comunhão.

(Continuará no próximo número)

A FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Irmão João de Deus, F. M. S.

É ponto pacífico que a educação dos filhos cabe em primeiro lugar, como direito e como dever, à família.

Se procurarmos as fontes em que abebera tal princípio, encontraremos esta redação no Direito Canônico: **"Os pais têm gravíssima obrigação de procurar a educação da prole tanto religiosa e moral, como física e civil, e também de prover ao seu bem temporal"** (Cân. 1113).

Diz-nos, por sua vez, o nosso Código Civil: **"Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:**

1 — **Dirigir-lhes a criação e a educação"** (Art. 384).

Enquanto isso, as Nações Unidas atuando democraticamente, puderam proclamar: **"Os pais têm, com prioridade, o direito de escolher o gênero de educação a dar a seus filhos"** (Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. 26).

Conhecidos que são esses princípios, hoje universais, surge a inquietante pergunta: Como vivê-los?

Procuraremos responder a essa pergunta, desenvolvendo os seguintes itens:

- a) Lição de um grande mestre: Fénelon;
- b) Virtudes a serem especialmente cultivadas;
- c) Método preferível a ser empregado.

Passemos, pois, ao desenvolvimento desses itens:

a) **Lição de um grande Mestre: Fénelon:**

Fénelon foi o maior pedagogo católico do século XVII. E é o foi mais pelo que obteve concretamente, sobretudo na educação do duque de Borgonha, do que pelo compendiado no **Tratado da Educação das Jovens** e nos **Conselhos a uma dama de qualidade**, obras pedagógicas de sua autoria.

O que éle conseguiu do duque de Borgonha, filho de Luís XIV e herdeiro do trono de França, atinge o extraordinário.

Bem pequeno ainda, o duque era ingovernável: colérico, afrontoso, não aceitando a mínima resistência a nenhum de seus caprichos.

Fénelon, encarregado pelo Rei de sua educação, tornou-o brando, suave, amável.

Sempre manso e sempre firme, aos poucos, o preceptor transformou esse menino-problema, em um menino da mais fina e requintada educação.

O duque de Borgonha com quem antes ninguém queria tratar, tornou-se o encanto da corte.

Fénelon tanto conseguiu porque aplicara com imensa sabedoria e elevadíssima inteligência, os seguintes princípios:

- 1) A melhor educação é a que se dá na família;
- 2) A educação deve principiar cedo;
- 3) Tornar o estudo agradável à criança;
- 4) Empregar o menos possível o medo e o castigo;
- 5) Reprimir cedo os defeitos da criança;
- 6) Estudar a criança e aproveitar-lhe as disposições.

(Ver L. Riboulet, "História da Pedagogia", págs. 439-339).

b) Virtudes a serem especialmente cultivadas:

Na educação da juventude, muitos aspectos podem ser considerados. Nas presentes considerações, chamaremos a atenção sobre algumas virtudes que devem ser cultivadas nos jovens: obediência, lealdade, amor fraterno, amor ao trabalho, personalidade.

Obediência: Impossível haver vida de família, sem obediência à autoridade familiar, que deve estender-se à vida escolar, à vida social, à vida religiosa.

Temis dignificante exemplo dessa obediência, na grande figura de Fénelon que acabamos de evocar. Sustentara êle renhida polémica com Bossuet, na controvérsia sobre o "quietismo", que então ocupava as mais altas inteligências da Igreja.

A questão foi levada a Roma. Esta deu razão a Bossuet. Fénelon submeteu-se inteiramente, aceitando o veredito.

É com toda a razão que nos afirma Fulton Sheen: "É pela obediência no lar que aprendemos a obedecer publicamente" (Aprender a amar, 136).

Lealdade: Virtude das mais apreciadas, talvez, porque das mais raras. Deve exercer-se para com Deus, nos compromissos do batismo; para com os pais, na vida cotidiana; para com os mestres, na vida escolar; para com os irmãos e parentes, a toda hora; para com os companheiros e amigos; para com a pátria, nos deveres cívicos.

Camões, em seu poema, não deixou de a enaltecer, referindo-se ao gesto de Egas Moniz, aio de D. Afonso:

**Mas o Rei, vendo a estranha lealdade
Mais pode, enfim, que a ira a piedade.**

**Ó grão fidelidade Portuguesa
Do vassalo, que a tanto se obrigava!**

(Lusíadas, III, 40 e 41).

Onde estão os tempos em que um fio de barba de Afonso de Albuquerque servia de penhor, num tratado internacional?

Amor fraterno: Esse amor fraterno tem suma importância, no decorrer de toda a vida familiar. Deve-se, pois:

despertá-lo onde êle pareça fraco, esmaecido, periclitante;

cultivá-lo mediante um trato igual para com todos os filhos e não admitir egoísmos, o maior inimigo da vida familiar.

Isto se fará, levando em conta se todos são de menor idade, se há sensíveis diferenças de idade entre êles, se são môças ou rapazes.

Os filhos de D. João I e d.^a Filipa de Lencastre declaravam: **"Nunca sentimos entre nós inveja, suportando-nos uns aos outros, nas vontades de cada um"** (Elaine Sanceau, "D. Henrique o Navegador", 19).

Mas ao mesmo tempo, podiam êles dizer: **"Nunca recebemos uma má palavra do Rei. Mesmo depois da morte do Rei e da Rainha, nunca fizemos algo que lhes desagradasse"** (Idem, Ibidem, 26).

Por outro lado, eis uma atitude de D. Henrique: **"Querendo o rei armá-lo cavaleiro (no ardor da conquista de Ceuta) sem os seus irmãos, nega-se a isso e pede que o faça juntamente com êles"** (Idem, Ibidem, 90).

Amor ao trabalho: Nada tanto dignifica o homem como o trabalho; é êle o melhor corretivo para os vícios. Encerra um valor moral preservativo de primeira ordem; é um dever inerente à natureza; é uma fonte de recursos espirituais, intelectuais e materiais; possui alto sentido social.

O exemplo mais elevado que temos, foi-nos deixado pela Sagrada Família, como nos é narrado nos Santos Evangelhos.

Poderemos ainda citar, dentre tantos outros, o caso de Rui Barbosa, como um modêlo de amor ao trabalho. Êle, aos 73 anos, ainda se considerava um estudante de português, registrando suas dúvidas e assentando seus apontamentos.

Personalidade: Todos têm e devem cultivar a sua personalidade, até a criancinha. Por isso devemos:

reconhecê-la, porque é um dom inerente a cada pessoa humana;
respeitá-la, porque encerra a imagem de Deus, ainda que defeituosa;
orientá-la, como educadores que temos de ser, pois trata-se de uma personalidade em formação.

Mesmo na culpa, o homem continua com a sua dignidade de homem. Temos nisso o grande exemplo da Igreja que pode punir, mesmo severamente, sempre respeitando, contudo, a personalidade de cada um.

D. João I quis armar cavaleiro "os altos infantes, a ínclita geração", em um torneio, cheio de galas, mas êles, cõscios de seus bríos, retorquiram:

**Cavaleiros em torneio, não!
Cavaleiros em combate, sim!**

e partiram para a expedição de Ceuta, onde se portaram como heróis.

Poros, rei de uma parte da Índia, fõra vencido por Alexandre. Êste lhe perguntou, a queima roupa:

— **Como queres que te trate?**

— **Como rei,** respondeu êle firmemente.

Alexandre gostou da altivez do monarca e confirmou-o em seu trono.

c) **Método preferível a ser empregado:**

A teoria é fácil de aprender, mas a prática?

Entretanto, se se aprende a falar, falando, também se aprende a educar, educando.

Dos métodos preconizados, para uma boa educação, há um que, aplicado com inteligência e oportunidade, propicia ótimos resultados: o preventivo.

Consiste êle em tomar os meios que impeçam ou diminuam, de muito, as faltas, pois é sabido que a maioria dessas faltas, para não dizer a sua quase totalidade, é praticada por motivos não diretamente ligados à vontade declarada do aluno.

Eles caem antes por fraqueza, levados pelo ambiente desfavorável em que vivem e em circunstâncias muitas vêzes inesperadas.

Compete aos educadores, e aqui, temos principalmente em vista os pais, tudo fazer para afastar dos jovens quanto os leve à infração.

Dois grandes educadores, principalmente, se preocuparam, no século passado, com êste problema: o beato Champagnat e São João Bosco.

Acha o primeiro que êsse ambiente preventivo se consegue, em grande parte:

- 1) Ao estabelecer-se uma disciplina compreensiva e acolhedora, tornando o ambiente seguro e simpático;
- 2) Ao proporcionar jogos variados que a todos distraiam;
- 3) Ao fornecer uma ocupação constante e variada;
- 4) Ao dar-se uma formação sólida e facilitar a freqüência dos sacramentos.

"Tomai cuidado — dizia o Pe. Champagnat a seus Irmãos — que a religião se saliente em tôdas as partes de vosso ensino".

Para o segundo, repetindo, por vêzes, o primeiro:

- 1) Tornando o ensino agradável;
- 2) Despertando a confiança dos Superiores para com os inferiores;
- 3) Freqüentando os sacramentos;
- 4) Havendo variedade de distrações sadias;
- 5) Formando a vontade, o coração, a consciência.

Costumava dizer o santo: — **Fazei-vos amar e sereis temidos.**

Mas tudo isso ficará frustrado se não houver a lição e principalmente o exemplo dos progenitores, a vigilância dos mesmos e muito cuidado na escolha das companhias.

A educação é coisa complexa, difícil e cheia de responsabilidades, mas é somente a êste preço que os pais terão cumprido a sua inalienável missão de educadores, de que foram investidos pelo próprio Deus.

Recompensa maior, em tantos esforços, não haverá do que ver os filhos bem servirem a Deus, e bem servirem a Pátria, ao mesmo tempo que enobrecendo o nome da família que tanto fêz por êles.

DIREITO DOS RELIGIOSOS

DA PASSAGEM, DO EGRESSO E DA DEMISSÃO DE RELIGIOSOS

Frei Francisco Xavier Beckey, O. F. M.

Diante da complexidade e extensão do tema proposto, contentar-nos-mos com a exposição mais resumida possível dos assuntos.

I — Da passagem: A) para outra religião ou mosteiro "sui iuris"

O estado religioso exige uma certa estabilidade, ou seja, a obrigação do religioso permanecer no estado de vida assumido (1). Mesmo assim, o Direito Canônico admite, em determinados casos e sob condições bem definidas, que o religioso mude de religião, sem, no entanto, mudar de estado.

1. **Noção** — Por passagem para outra religião entende-se a saída da religião em que o religioso emitira votos e a entrada imediata numa outra (2). Assim sendo, somente os religiosos atuais poderão passar para outra religião. Daí ficarem excluídos os noviços que ainda não são religiosos no sentido próprio, e os religiosos, livres do vínculo da profissão (3). A passagem começa com o noviciado, tornando-se definitiva e absoluta pela profissão.

Embora aqui se fale na passagem para outra religião, o Código inclui também o trânsito para outro mosteiro "sui iuris", atendendo assim à semelhança que há entre uma nova religião e um novo mosteiro independente (4). Em virtude do cân. 681, as prescrições devem ser aplicadas ainda "congrua congruis referendo" aos religiosos imprópriamente ditos, como sejam os membros das sociedades com vida comum sem votos. É de notar, porém, que só são compreendidos os membros das sociedades de direito pontifício obrigados por um laço permanente a ficar na sociedade. Existe

1) Cfr. Goyeneche, S., *De transitu ad aliam religionem*. CpR, I pág. 217.

2) *Ib.* pág. 219 e os demais AA.

3) Estes contraem o impedimento do cân. 542, 1.º Desejando entrar de novo na mesma religião ou em outra, devem observar as prescrições do tit. XI do livro II do Código.

4) Não importa que no mosteiro se emitam apenas votos simples. A Congregação dos Religiosos foram apresentadas as dúvidas seguintes: 1.º — Se as monjas de mosteiros em que, de acordo com o cân. 488, 7.º do direito canônico e o decreto da S. Congregação dos Religiosos, de 23 de junho de 1923, só se emitem votos simples, podem, com a autorização do Ordinário ou dos Ordinários, passar do seu mosteiro para outro mosteiro "sui iuris" da mesma Ordem?

2.º — Se as mesmas monjas, com o seu consentimento e com o consentimento das duas comunidades, pelo Ordinário ou Ordinários, podem ser transferidas, ao menos temporariamente, do seu mosteiro para outro, de maneira que, enquanto ali morarem, possam gozar dos direitos e ocupar os ofícios, como as

semelhante laço, p. ex., na Pia Sociedade das Missões (5). Finalmente, devem ser incluídos os membros dos Institutos seculares (6).

2. **Espécies** — O religioso pode passar para uma religião mais rigorosa, igualmente rigorosa e menos rigorosa. No direito antigo permitia-se, teoricamente, o trânsito para uma religião mais rigorosa, mas, praticamente, a liberdade era muito restringida por prescrições particulares (7).

3. **Causas** — Requerem-se causas justas, podendo ser as mais variadas, como, p. ex.: o desejo de maior perfeição e recolhimento; dificuldades encontradas na sua religião da parte dos Superiores, companheiros ou companheiras; os trabalhos ou obras de outra religião mais condizentes com o caráter do transeunte, etc. O único juiz das causas é a S. Congregação dos Religiosos (8).

4. **Licença da S. Sé.** — De acôrdo com o cân. 632, "o religioso não pode passar para outra religião mesmo mais rigorosa ou de um mosteiro "sui iuris" para outro, sem autorização da S. Sé". Aplicando os princípios, o indulto apostólico é necessário na passagem: a) para qualquer religião, não importando que seja mais ou menos rigorosa, de votos solenes ou simples, perpétuos ou temporários, de direito pontifício ou diocesano; b) de um mosteiro "sui iuris" para outro, embora seja da mesma religião ou pertença à mesma Congregação monástica (9); c) de uma religião para alguma socie-

monjas de família? — A S. Congregação examinou a questão na reunião de 26 de junho de 1926 e achou por bem responder, como de fato respondeu: Quanto à 1.ª dúvida: "Negative" e observe-se o cân. 632 do direito canônico. Quanto à 2.ª: "Negative", sem prévia licença da Sé Apostólica. O Papa Pio XI aprovou a resolução aos 9 de novembro de 1926 (ASS, XVIII, pág. 490). Em virtude desta resposta, não fica proibida a passagem temporária por motivo de saúde e de estudos. (Cf. A. Coronata, M., *Inst. J. C.*, I, n. 636, pág. 833, nota 4).

5) Sendo apenas de direito diocesano, basta a licença do Ordinário local e, não havendo laço algum, como p. ex., na Congregação dos Clérigos seculares do Oratório de Filipe de Neri, embora fôsse de direito pontifício, não há necessidade de licença. (Cf. Goyeneche, *ib.*, pág. 298 ss.). De parecer contrário é Iothoff, Dr. H., em *Le droit des sociétés sans voeux*, Desclée, 1949, pág. 189. Pela Const. "Cum Alias", de 22 de set. de 1852, o Papa Gregório XIII concedera ao preposto dos PP. Jesuítas: "... ut deinceps in perpetuum liceat dicto Praeposito quos indicaverit ab ipsa Societate emittere, eosque ipsius Praepositi licentia, non tantum ad Carthusiensium, sed ad quemvis alium Mendicantium vel non Mendicantium, paris, laxioris aut, arctioris observantiae Ordinem, per ipsum Praepositum illis praescribendum de consensu tamen Superiorum loci illius quo destinabuntur demigrare" etc. Este privilégio é hoje sem importância prática, uma vez que os Superiores do lugar a que se destinam não podem conceder aos que "estão ou estiveram ligados pelo vínculo da profissão religiosa" (cân. 542, 1.º) a entrada numa religião. Prevalece também neste caso a prescrição do cân. 632.

6) É a praxe da S. Congregação dos Religiosos. (Cf. *Lex peculiaris Institututorum saecularum*, Art. III, § 3, Art. VII, § 2. Tabera, A. *Derecho de los Religiosos* — Madrid, 1952, n.º 371, p. 502; n.º 375, p. 505).

7) Cf. Goyeneche, *ib.*, pág. 220; A Coronata *op. cit.*, I, n.º 636, pág. 834.

8) Cf. Tabera, *op. cit.*, n. 373, pág. 504.

9) Segundo o cân. 488, 2.º, a Congregação monástica é: "a união de diversos mosteiros "sui iuris" debaixo do mesmo Superior", p. ex.: as Congre-

cidade (10); d) de uma sociedade para outra ou para uma religião, se a sociedade "a qua" fôr de direito pontifício e a dispensa do vínculo estiver reservada à S. Sé (11); e) de um Instituto secular para uma das referidas sociedades ou para uma religião, e vice-versa (12).

5. **Cartas testemunhais.** — Ao religioso professo que passa para outra religião por indulto apostólico basta o testemunho do Superior Maior da primeira religião" (cân. 544, § 5). As cartas testemunhais podem ser dadas, segundo o caso, pelos Superiores Gerais, Superiores Provinciais, Abades ou Abadêssas de mosteiros independentes, e não precisam ser corroboradas com juramento. Além dêsse atestado, "os Superiores que têm a faculdade de admitir na religião podem exigir outros que lhes pareçam convenientes ou necessários para êsse fim" (cân. 544, § 6).

6. **Aceitação pelo Superior "ad quam".** — É um requisito natural, embora não expressamente mencionado no Código. Ao Superior da nova religião compete, sem dúvida, o direito de admitir ou recusar os religiosos que querem passar para a sua religião. Na praxe, não há grande dificuldade, uma vez que a S. Congregação não concede o indulto, sem ter recebido o parecer do Superior da religião "ad quam" e do Superior da religião "a qua" (13).

A respeito das sociedades, o Código silencia por completo. Todavia, costumando os Superiores delas exigir todos os documentos requeridos pelo cân. 544, bastarão para a passagem dos membros da sociedade igualmente os atestados acima referidos. Se os documentos faltarem, proceda-se como por ocasião da primeira admissão, pois só assim fica garantido o fim do cân. 544 (14).

7. **Nôvo noviciado.** — O cân. 633, § 1, estatui o princípio geral: "O religioso que passe para outra religião, deve fazer o noviciado". É uma norma muito prudente, tanto para a pessoa que passa, como para a religião que a recebe. Uma das finalidades dêste noviciado é que o religioso conheça melhor a religião e esta, a êle. Daí também a obrigação de vestir o hábito próprio dos noviços da nova religião (15). Êste motivo é de somenos impor-

gações monásticas de Monte Cassino e de Subiaco. Como cada mosteiro continua "sui iuris", deve ser observada a prescrição do Código.

10) Este caso não é considerado na lei, mas religioso algum, vindo embora de uma religião de direito diocesano, pode ser admitido em outra religião ou sociedade sem a licença da S. Sé (cân. 542, 1.º). Quanto à admissão nas sociedades, devem ser observadas as mesmas normas que nas religiões (cân. 677). (Cf. Rothoff, op. cit., pág. 188).

11) Os membros de sociedades de direito diocesano ou pontifício sem nenhum vínculo especial, embora definitivamente incorporados, não precisam da dispensa de nenhuma autoridade para entrar em outra sociedade ou mesmo religião. (Cf. Goyeneche, ib., pág. 299. Contra: Rothoff, op. cit., pág. 189).

12) Cf. Tabera, op. cit., n.º 375, 2), pág. 505.

13) Cf. Sartori, C., OFM., *Jurisprudentiae ecclesiasticae elementa*.

— Ed. 3.ª Roma, 1955, pág. 51 (XIII).

14) Cf. Goyeneche, ib., pág. 364.

15) Cf. a decisão da S. Congregação dos Religiosos, de 14 de maio de 1923 (AAS, XV, pág. 289).

tância, quando se trata de passagem de um mosteiro "sui iuris" para outro da mesma religião, como confirma expressamente o § 3 do mesmo cânone, dizendo: "O religioso que passa para outro mosteiro da mesma Ordem, não faz noviçado nem nova profissão". No entanto, é justo que se conceda ao mosteiro um prazo razoável para conhecer o novo religioso. Não há muito, a S. Congregação concedia um prazo de três anos. Hoje, não fixa mais o tempo, mas deixa ao Superior a possibilidade de provar o pretendente. Tabera (16) acha esse tempo deve ser mais curto do que o concedido na passagem de uma religião para outra de um professo de votos perpétuos (17).

Quanto à condição do religioso professo durante o noviçado, devemos notar: 1.º — "ficam suspensos os direitos e obrigações particulares que tinha na religião "a qua" (cân. 633, § 1). A suspensão atinge não somente os direitos e deveres, provenientes da Regra e das Constituições, mas também os inerentes aos votos e promessas particulares que se costumam fazer em certas religiões (18). Além de humana, essa disposição é muito necessária para que o noviço se possa livremente dedicar à nova religião e receber a formação adequada. 2.º — Os três votos substanciais permanecem no seu vigor, conservando as características de solenes ou simples. Ainda assim, devemos advertir que no voto de obediência se verifica uma substituição das pessoas às quais o religioso noviço deve obedecer. Pois "é obrigado a obedecer, mesmo em razão do voto de obediência, aos superiores da nova religião e ao próprio Mestre de noviços" (ib.). Esta obediência, no entanto, não obriga além da extensão do voto anteriormente feito nem além da faculdade que compete ao Superior em virtude de suas Constituições (19). — Questões mais complexas envolve o voto de pobreza. Resumindo a doutrina amplamente exposta por Goyeneche (20), podemos distinguir, com Tabera (21), entre os bens já adquiridos para a primeira religião e os bens sobrevindos ao religioso durante o noviçado, acrescentando alguns atos referentes ao voto de pobreza: 1.º — Os bens já adquiridos para a religião antiga, em

16) Cf. Tabera, op. cit., n. 377, 4.º, pág. 507.

17) Eastien, P., CEB., em *Directoire Canonique* — Bruges, 1951, n.º 611, pág. 434 diz: "Toutefois nous croyons que le Supérieur du monastère auquel le religieux passe, n'est pas tenu de le recevoir immédiatement d'une façon définitive, encore qu'il ait pris toutes les informations nécessaires à son sujet. A notre avis, il pourra l'examiner pendant un certain temps à déterminer, de préférence d'accord avec le Supérieur du monastère que le religieux quitte. Si dans l'intervalle de ce temps d'épreuve, le religieux ne perséverait pas ou si le Supérieur jugeait qu'il ne convient pas pour la communauté, nous croyons qu'il serait obligé de retourner à son premier monastère". (Cf. Tabera, lug. cit.).

18) Embora conserve a voz ativa e passiva, contudo está suspensa, de modo que não pode intervir nas eleições etc. da sua antiga religião. (Cf. Goyeneche, ib., pág. 365 e CpR, IV, pág. 182). — Voto particular p. ex.: de perpétua abstinência na Ordem dos Mínimos.

19) Cf. Goyeneche, S., CMF., *Iuris Canonici summa principia* — Roma, 1938, n.º 94, 1.º, pág. 187 e CpR, II, pág. 118.

20) Cf. Goyeneche, CpR, II, pág. 113 ss.

21) Cf. Tabera, op. cit., n.º 378, c., pág. 509.

virtude dos cânones 580, § 2 e 582, permanecem com aquela. Quaisquer bens pessoais do religioso com votos simples, cujo domínio êle tem ou cuja percepção é de caráter estritamente patrimonial, como p. ex. as pensões pessoais vitalícias, passam para a nova religião. O cân. 569 obriga o noviço, porém, a ceder a administração e dispor sobre o uso e usufruto do mesmo. 2.º — No concernente aos bens que sobrevierem ao religioso durante o noviciado, as dificuldades são de somenos importância, tratando-se de professos de votos simples. Estes, pois, não só conservam a propriedade de seus bens, mas têm ainda a capacidade de adquirir novos (cân. 580). Advindo-lhes novos bens, devem fazer os atos de cessão e disposição segundo norma do cân. 569 e incluir êstes bens no testamento. Os bens adquiridos de acôrdo com o cân. 580, § 2, passam imediatamente à nova religião; os adquiridos em virtude do cân. 580 tornam-se, com a profissão, propriedade da religião. 3.º — Embora o voto de pobreza proiba aos professos de votos simples, na Congregações, que renunciem por título gracioso e por ato entre vivos ao domínio de seus bens (cân. 583, 1.º), contudo podem e devem, dentro de sessenta dias antes da profissão solene, renunciar aos bens atuais (cân. 581 § 1), quando passarem a uma religião de votos solenes. 4.º — Estatuindo o cân. 568 a nulidade apenas com relação aos noviços, os professos parecem não estar compreendidos. Sendo o religioso noviço e professo ao mesmo tempo, muitos canonistas (22) acreditam que êle possa renunciar válidamente aos bens, sobretudo porque as razões em que se apóia a disposição restritiva, atinente aos noviços que se preparam para a primeira profissão, não urgem a respeito dêstes noviços e professos. 5.º — Os religiosos que passam de uma Ordem com votos solenes para uma religião de votos simples, devem fazer o testamento segundo norma do cân. 569, § 3. 6.º — O Religioso pode e, sobrevivendo novos bens, deve reiterar a cessão da administração e a disposição do uso e usufruto dos seus bens. 7.º — Pode levar consigo os manuscritos de caráter pessoal e feitos para seu uso particular (23). 8.º — Durante o noviciado, a nova religião tem direito a uma justa retribuição pelos gastos do noviço, se assim está estabelecido nas Constituições, ou se assim foi combinado com a religião antiga, segundo norma do cân. 570, § 1 (24).

A respeito do dote das religiosas, estatui o cân. 551, § 2.: "Se a religiosa professa, em virtude de um indulto apostólico, passar para outra religião, durante o noviciado pertencem à religião "ad quam" os frutos, salvo o disposto no cân. 570 § 1 e, depois de professar, também o próprio dote; se passa para outro mosteiro da mesma Ordem, a êste é devido o dote desde o dia da passagem". Enquanto neste último caso, por não haver novo noviciado, a disposição do Código não oferece dificuldades, há três opiniões divergentes no que toca à primeira parte do cânone (25). Sem desdenhar o

22) Cf. Goyeneche, *ib.*, pág. 119; Tabera, *lug. cit.*, A Coronata, *op. cit.*, n.º 637, pág. 835.

23) Cf. Goyeneche, *op. cit.*, n.º 94, pág. 189.

24) Cf. Tabera *op. cit.*, n.º 377, pág. 507, 5.º.

25) Cf. Goyeneche, *OpR*, II, 121 ss. Tabera, *op. cit.*, n.º 213, 2.º, pág. 279.

mérito dos diversos pareceres, muitos dizem, com Larraona (26), que os frutos devem sempre ser entregues à nova religião, mas, impondo o legislador ainda que seja salvaguardado o cân. 570, § 1, é preciso ver se, além dos frutos ou **juntamente** com os frutos, por serem bastante insignificantes, ou **em lugar** dos frutos, talvez inexistentes, se deva algo acrescentar ou dar, conforme norma dêste cânone. Lembramos, entretanto, que a S. Sé, ainda em 1960, aprovou Constituições que atribuem os frutos à primeira religião, caso as Constituições da segunda não terminem coisa diferente (26 a).

O noviçado deve **durar** o tempo estatuído nas Constituições da nova religião (cân. 555, § 2). O Superior competente para a admissão pode prorrogar o tempo por mais seis meses ou por um ano, tratando-se de professo de votos solenes ou simples perpétuos (cân. 634). O mesmo pode também demiti-lo, mesmo antes de expirar êste tempo, seguindo-se então os efeitos que a seguir indicaremos.

8. Nova profissão. — Terminado o noviçado de acôrdo com o direito comum e das próprias Constituições, o religioso é admitido à profissão ou regressa à primeira religião ou, tendo cessado os votos, volta para o mundo (cân. 633, § 2), se, embora deseje, a antiga religião não mais o quer receber (27). Ainda que o religioso de votos temporários, não fazendo a profissão na religião "ad quam", deva voltar para a religião primitiva, nada impede que esta, havendo justas causas, peça à S. Sé que o dito professo seja dispensado do tempo que falta e volte imediatamente para o mundo (28). Se durante o noviçado o tempo dos votos temporários terminar, o noviço não poderá renovar os votos emitidos na primeira religião (29). O religioso que passa para outro mosteiro da mesma Ordem não faz nova profissão (cân. 633, § 3).

A profissão é perpétua ou temporária. O professo de votos solenes ou simples perpétuos, imediatamente depois do noviçado, é admitido à pro-

26) Cf. Larraona, A., CpR, XXI, pág. 214

26a) Cf. Constituições da Cong. da Imac. Conc. da Mãe de Deus, art. 28, § 1.

27) Poderá a religião primitiva readmiti-lo, sem mais nem menos? "Negative" — diz Goyeneche, op. cit., n.º 95, pág. 189, nota 28, porque existe o impedimento do cân. 542, 1.º; da mesma opinião é Sartori, op. cit., pág. 52; "Affirmave": — responde A Coronata, op. cit., n.º 636, pág. 835, nota 12. Em muitas religiões a questão é decidida pelas Constituições. Assim dizem as Constituições Gerais da O.F.M.: Art. 111, § 1.º — A Ordem não tem obrigação de receber outra vez o religioso cujos votos temporários, feitos antes da dita passagem, terminaram durante o noviçado que êle fez na nova religião. — § 2. — Se o religioso nela não professar, tem obrigação de voltar à Ordem. Em tal caso, é conveniente que o Ministro Provincial, ao fim dos três anos dos votos temporários... porroge os votos do religioso que regressou, se não houver justa causa para o excluir da renovação dos votos.

28) Cf. Tabera, op. cit., n.º 379, pág. 510.

29) Cf. Sartori, op. cit., pág. 52 e Goyeneche CpR, XXV (1944-1948), dizendo à pág. 221: "Intimius autem rem considerando statim apparet ineligantia, imo impossibilitas iuridica talis renovationis".

30) O Superior competente pode prorrogar o tempo, mas não além de um ano, como já lembramos.

fissão solene ou simples perpétua (cân. 634) (30). O religioso de votos temporários é admitido à profissão temporária, segundo norma do cân. 574, sem que seja descontado o tempo que passou na primeira religião (31). A mesma norma é aplicada aos membros das sociedades com vida comum e aos dos Institutos seculares (32).

O voto do Conselho é conforme a decisão da Comissão Pontifícia, de 14 de julho de 1922, deliberativo em ambos os casos.

Essa profissão produz os **efeitos seguintes**: 1.º — A solenidade dos votos naquele que, em conformidade com os cânones explicados, legitimamente faz votos simples numa Congregação religiosa, fica "eo ipso" extinta, se não está expressamente determinada outra coisa no indulto apostólico (cân. 636). Com os votos comuns, extinguem-se também os votos particulares ou especiais que talvez tenha feito na religião primitiva (33). 2.º — A contar do dia da passagem para outro mosteiro da mesma religião ou desde a nova profissão, no caso de uma passagem para qualquer Ordem ou Congregação diferente: a) os religiosos perdem todos os direitos e obrigações da segunda (cân. 635, 1.º), não cessando todavia os direitos estritamente pessoais que não promanam da profissão e não são incompatíveis com ela, embora obtidos na outra religião, p. ex., o doutorado, o leitorado etc., contanto que não sejam próprios dela (34); b) a religião ou mosteiro "a quo" conserva os bens adquiridos em razão do religioso, devendo porém observar-se o disposto no cân. 551, § 2 no que respeita ao dote e aos outros bens pessoais, se o religioso tiver alguns, segundo explicamos já; c) a precedência é contada desde a primeira profissão na nova religião, conforme a norma geral estatuída no Código (câns. 578, 3.º; 504; 101, § 1, 1.º).

(Continua no próximo número).

31) Cf. A Coronata, op. cit., n.º 837, pág. 838; Sartori, op. cit., pág. 52; Goyeneche, op. cit., n.º 95, pág. 190; de opinião contrária é Tabera, op. cit., n.º 379, pág. 511 e nota 24.

32) Cf. I. G., Jurisprudentiae pro Institutis Saecularibus hucusque conditis summa delineamenta, em *De Institutis Saecularibus*, pág. 229.

33) Inclusive o voto "de non ambiendis dignitatibus". (Cf. Goyeneche, *OpR*, I, pág. 222 II, 175).

34) Tabera, op. cit., n.º 380, pág. 513; Goyeneche, op. cit., n.º 96, pág. 190.

AINDA A MANUTENÇÃO DA IMPRENSA CATÓLICA

Frei Matias Heidemann, O.F.M.

I — INTRODUÇÃO

Como prometíamos ao final de nosso artigo, ou melhor do "script", publicado no número de maio p.p., nesta mesma Revista, voltamos ao assunto encabeçado acima, e agora não mais com "conversa" e "fantasias", mas com exposições concretas e objetivas. Se aquelas poderiam servir para "despertar", estas agora devem **orientar** os administradores na manutenção de suas revistas e de seus jornais.

1 — Apresentação do assunto

Entrando no teor do trabalho em epígrafe, é mister de imediato distinguir entre órgãos que dispõem de oficinas próprias, ou pertencentes à mesma entidade, e órgãos impressos em oficinas de terceiros.

Faremos nossa exposição, a título de despretenso estudo, considerando o primeiro caso, isto é, em se dispendo de oficinas próprias, e terminando por fazer no fim uma referência aos órgãos impressos em oficinas estranhas.

Evidentemente, revistas e jornais destinados ao público em geral, mesmo sendo só o católico (com exceção dos boletins, i.e., publicações particulares, para determinados grupos de leitores a que se destina, como p.ex. os ex-alunos de um Colégio, os membros de uma Ordem ou Congregação etc.) devem ter sua manutenção garantida por si mesmos, i.e., pelas receitas de suas assinaturas, vendas avulsas e pela publicação de propaganda paga.

Para que, porém, não falem estas receitas por causa do próprio jornal, da própria revista, é bom não esquecer o que disse o Pe. Frei Raimundo de A. Cintra O.P. no artigo publicado em abril p.p. e que se medite no que pensa o povo lá fora, como demonstramos no já referido número de maio desta revista. Mas, sobretudo, devemos saber como **orientar e controlar** as receitas e as despesas, que são os meios de manutenção do nosso órgão.

Para uma boa orientação e um seguro contrôle, porém, é indispensável uma **contabilidade** bem organizada e tecnicamente executada. Mas não somente uma Contabilidade Geral, Comercial, mas uma **Contabilidade de Custo**, pois, para **calcular** (e não simplesmente "marcar") o preço da assinatura, da venda avulsa e do espaço de publicidade, propaganda paga etc., devemos saber com segurança qual é o custo real do que estamos vendendo. E mais:

a Contabilidade de Custo nos dirá claramente onde há desperdícios, seja de material, seja de mão-de-obra, mostrando-nos onde devemos "apertar", onde é possível e mesmo necessário economizar e diminuir o custo, e também onde e como poderemos aumentar as receitas.

Assim sendo, tentaremos neste artigo, em largos traços, dar uma noção, um conhecimento inicial de uma simples Contabilidade de Custo, para que cada um possa tirar as suas conclusões para o seu caso, sua revista, seu jornal.

2 — O que existe em Contabilidade de Custo? — Como se procede?

O que existe, o que se faz, via de regra mais ou menos planejada, é uma simples Contabilidade Geral (ou seja, Comercial). Desta se tira, por conclusões empíricas, baseados na experiência e talvez no bom senso, no tino comercial, um "método", um "sistema", um "modus vivendi", para marcar o preço de venda do produto confeccionado.

Vê-se, desde logo, que assim, conhecendo apenas mais ou menos o dispêndio, o custo em material e em mão-de-obra, i.e., o custo direto na edição de uma revista ou de um jornal, a fixação do preço de venda é empírico, é mais "pelo olho" do que em base segura e contábil.

3 — Conseqüências dêste procedimento

Lemos na S. Escritura que os filhos do mundo são mais espertos, nos seus negócios, do que os filhos da luz. Não queremos fazer exegese, mas — quer nos parecer — esta passagem será perfeitamente aplicável ao nosso caso.

Vamos ser francos! Tomemos apenas a "marcação" do preço de venda, deixando de lado todo o resto. Marcando o preço de venda muito alto, a revista e o jornal não têm saída. Sendo muito baixo, o produto sai com relativa facilidade, porém, mais tempo ou menos tempo, e a Casa não agüenta mais, pois está tendo prejuízo, e não sabe, não o percebe, e termina por passar de semanal para mensal, de mensal para bimestral ou trimestral, ou fechando mesmo as portas. Tanto num como no outro caso, quem sai ganhando são os inimigos da Igreja, é a má imprensa, é a imprensa suja, pornográfica e perversa.

II — CÁLCULO INDUSTRIAL GRÁFICO — ou melhor: CONTABILIDADE DE CUSTO

1. — Noções gerais

a) Definição e finalidade da Contabilidade em Geral

Entramos afinal no assunto próprio de nosso artigo. Para partir de base segura em nossas considerações, devemos, antes de mais nada, pôr em pratos limpos e em expressão clara o que é e para que serve tôda e qualquer Contabilidade.

Podemos definir a Contabilidade, considerada em si, na sua execução e em suas finalidades, como a **ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos da Administração Econômica.**

É, portanto, finalidade primordial da Contabilidade: orientar o Administrador e ainda controlar e registrar todos os atos e fatos da Administração, para assim poder dar a orientação que lhe é solicitada. Não podemos aqui entrar mais neste particular. Mencionemos apenas algumas vantagens da Contabilidade Geral.

Ela nos dá, pelo menos uma vez durante o ano, no Balanço Geral:

- 1.º — o custo total dos materiais gastos,
- 2.º — o custo total da mão-de-obra,
- 3.º — a quantidade e o valor dos estoques existentes,
- 4.º — as despesas gerais verificadas,
- 5.º — a receita bruta, ou seja, as vendas efetuadas,
- 6.º — o resultado do exercício (lucros ou prejuízos).

b) Definição, finalidade, vantagens, desvantagens e sistemas da Contabilidade de Custo

Em nossos dias, com o desenvolvimento sempre maior da maquinaria, o crescimento da produção e do consumo, o aparecimento da concorrência e, em nosso caso principalmente, a difusão e o derrame de má e pornográfica literatura, as poucas e superficiais informações de uma simples Contabilidade Geral ou Comercial não são suficientes de maneira alguma para orientar e informar devidamente o Administrador como comprar bem, produzir melhor, melhorar o seu Produto e vendê-lo ao justo preço.

Cada vez se torna mais indispensável que o dirigente da publicação possa a cada momento obter da Contabilidade tôdas e quaisquer informações, mesmo em pormenores referentes a cada impressão e tiragem, para **orientação de sua Administração.** E isto, também no caso da indústria gráfica, somente é possível com uma boa, bem planejada e bem executada Contabilidade de Custo.

1) Parafraseando a **definição** da Contabilidade em Geral, poderíamos dizer que a Contabilidade de Custo é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro dos Atos e Fatos referentes ao Custo da Produção Industrial.

2) A **finalidade** da Contabilidade de Custo é, pois, saber com clareza, segurança e exatidão qual o custo real de qualquer impresso, revista ou jornal, orientando assim o Diretor para poder, com base segura, fixar o preço de venda de cada qual, pois é verdade incontestável que "para se poder fixar o preço de venda é condição indispensável saber previamente o preço de custo".

3) **Vantagens da Contabilidade de Custo.** — Endossamos e transmitimos simplesmente aqui o que diz a respeito Nicolau Lemos Netto, na pág. 18 de seu livro "Contabilidade de Custo de Produção Industrial".

"Dentre as inúmeras vantagens que a contabilidade de custo proporciona, podemos destacar as seguintes:

- 1.º — permite o conhecimento de custos unitários e, conseqüentemente, dá o poder de fixar os preços de venda dos produtos e serviços;
- 2.º — permite localizar os desperdícios do capital, material, horas com máquinas e operários parados; aproveitar resíduos, reduzir ou mesmo eliminar despesas;
- 3.º — permite a apuração dos custos dos produtos por elementos, ou seja, por material, mão-de-obra e despesas gerais;
- 4.º — oferece elementos para estudo acurado das despesas bem como para contróle e previsão de negócios;
- 5.º — estabelece o espírito de economia e previdência;
- 6.º — fixa autoridade e responsabilidade. Estabelece, podemos dizer, recíproca vigilância em tôdas as atividades;
- 7.º — fornece rapidamente os inventários de materiais, produtos em elaboração e produtos terminados através do sistema de inventário perpétuo facilitando, dessa maneira, o levantamento de balancetes, balanço e demonstração de lucro e perdas mensalmente;
- 8.º — oferece elementos para comparação e interpretação dos custos ocorridos por departamentos, fases de fabricação, produtos, operações, serviços, etc. . . . ;
- 9.º — permite descobrir quais os produtos (ou departamentos, numa empresa não industrial) lucrativos e os que dão prejuízos.

Em resumo: a contabilidade de custo fornece uma quantidade enorme de informações que, quando bem coletadas e utilizadas, permitem a condução dos negócios da maneira mais econômica possível".

4) Desvantagens da Contabilidade de Custo. — Ainda aqui ficamos com Nicolau Lemos, no livro citado, págs. 19 e 20, donde resumimos e re-
futamos duas objeções:

1.º — A introdução de um sistema de Contabilidade de Custo, exige "papelório" e leva à burocracia.

— Não há dúvida, vem certa burocracia. Mas onde poderá existir uma boa orientação e um bom contróle sem "papelório"? O Administrador não pode "ter tudo na cabeça"; as coisas devem ser anotadas por escrito... Não há como fugir desta necessidade.

2.º — A despesa com a manutenção de uma Contabilidade de Custo é elevada.

— Também esta objeção é muito certa, embora não nos pareça tamanho o acréscimo de despesas, pelo menos quando existe na Casa uma boa e coordenada organização administrativa e contábil. Apenas perguntaríamos: o que é preferível? Um aumento moderado de despesas com uma Contabilidade de Custo, e saber o Administrador onde está pisando e estar êle vendo e prevendo os resultados e as conseqüências de seus atos? Ou um pouco menos de despesas, e ter o Administrador de dirigir tudo, baseado apenas em empirismos, na sua memória, no seu tino administrativo, industrial e comercial?

5) Sistemas de Contabilidade Industrial e de Custo. — Citaremos ape-

nas alguns, sem entrar em apreciações detalhadas, o que aliás nos iria conduzir longe demais:

- 1.º — por percentagem de acréscimos (sôbre certo custo-base),
- 2.º — por departamento ou secção da Casa,
- 3.º — por serviço ou operação executada,
- 4.º — por produtos ou componentes de produtos fabricados,
- 5.º — por elementos de Custo do produto.

Tomando como base o último dos sistemas citados, i. e., Contabilidade de Custo por elementos de custo, passamos agora ao ponto central do artigo: Cálculo Industrial Gráfico ou Contabilidade de Custo no ramo gráfico. Fá-lo-emos em dois itens: Elementos ou fatores componentes do Custo e Execução da Contabilidade de Custo.

2 — Elementos Componentes do Preço de Custo

Antes de entrar na execução de uma Contabilidade de Custo, é indispensável que em cada Casa o Administrador, com seu Contabilista, faça um exame acurado de todos os dados e circunstâncias que influem no custo de sua produção, pois êstes podem variar, e variam mesmo, de caso para caso. Talvez possa ajudar, na análise a ser feita, a seguinte exposição geral de gastos e de despesas.

a) Custos diretos

São aquêles, fâcilmente verificáveis, que se originam e referem à execução de determinada obra ou impresso. Estarão sempre nestas condições:

1) **Matéria-Prima.** — Havendo almoxarifado, armazém ou depósito de matérias, devidamente controlado, fâcilmente se saberá quais as matérias requisitadas, e portanto usadas para a confecção de certa obra, com as respectivas quantidades, qualidades e preços de custo, i. e., de compra.

2) **Mão-de-Obra.** — Também esta parte do Custo é fâcilmente determinável, bastando para tanto a verificação de horas-operário gastas na produção, multiplicando-as pelo custo-hora verificado pelas fôlhas de pagamento.

3) **Outros Custos Diretos.** — Neste caso não é possível dar uma regra geral. Deverá em cada caso ser verificado. Poderemos apenas dizer, p. ex., que Direitos Autorais, Pagamento de Tradução, Execução de Desenhos, certamente devem entrar nesta rubrica.

b) Custos indiretos

Se na determinação dos Custos Diretos há relativa facilidade de constatar a sua quantidade e seu valor, já nos Custos Indiretos o caso se torna mais complicado. Vejamos quais são:

- 1) Juros do Capital investido,
- 2) Amortização, conservação e lubrificação das imobilizações (máquinas, chumbo etc. . . .),
- 3) Despesas Gerais (impostos, alugueis, água, luz, fôrça, transportes, taxas, seguro contra o fogo, etc. . . .),
- 4) Despesas de Administração e venda (ordenados do pessoal adminis-

trativo — inclusive os religiosos — telefone, telegramas, publicidade, correio, viagens etc. . . .).

Examinando êstes elementos, não temos dúvida: influem âles realmente, embora indiretamente, no custo de cada produto. Mas como determinar o "quantum" de cada fator dêstes para determinada obra?

Responderemos a esta pergunta no item "Execução da Contabilidade de Custo".

c) Compensações

Além desta parte de elementos de custos indiretos pelos investimentos, despesas gerais e de administração, há ainda outro fator importante: as necessárias compensações.

1) **O Risco Industrial.** — Tôda e qualquer indústria corre continuamente êste risco. Um produto pode falhar na fabricação, pode estragar-se, pode encalhar, — isto para citar apenas três. E' todo um conjunto de despesas sem resultado algum. Evidentemente é prejuízo para a Casa, que fica sem cobertura, sem compensação. Daí a necessidade, digamos, de uma "taxa" de risco industrial, incluindo no custo de fabricação dos produtos vendáveis êstes custos não recuperáveis.

2) **A desvalorização da Moeda Circulante.** — Em nossos dias, como é de conhecimento geral, há mais um fator importante a ser incluído: a desvalorização da moeda, do cruzeiro, com todo o círculo vicioso de aumentos de salários para enfrentar a subida do custo de vida. Também êste fator deve ser considerado e devidamente compensado; de contrário, estaremos muitas vêzes vendendo o produto por preços inferiores aos custos da reposição ou mesmo dos custos monetários, tendo, forçosamente, como consequência o empobrecimento e esgotamento progressivo da Casa.

3) **Lucro Justo e Necessário.** — Ouve-se muitas vêzes dizer que uma Casa religiosa não deve procurar "lucro". Mas "qui bene distinguit, bene docet". Um Convento, uma Casa de Caridade e semelhantes... de acôrdo. O caso muda, porém, inteiramente de feição, quando se mantém uma revista ou um jornal, ou mesmo uma livraria ou uma editôra.

Neste caso, na administração destas, forçosamente tem que prevalecer o critério, qual o do comércio ou o da indústria. E êste exige um resultado além da simples recuperação de investimentos, gastos e custos, pois, sem êste resultado — que é lucro — não pode a Casa desenvolver-se, não crescerá normal e naturalmente, não poderá melhorar seus produtos e só aumentará (e crescimento é necessário) à fôrça de "injeções", i.e., de novos e maiores investimentos retirados de outros recursos.

Muita coisa ainda deveria ser dita sôbre êste ponto de fatôres componentes do Custo, mas basta por hoje, senão não chegaremos a um fim.

Vamos ao terceiro e último ponto, que é o que mais nos interessa no momento.

3 — Execução da Contabilidade de Custo

Muitos caminhos levam a Roma. Naturalmente há também uma gran-

de variedade e inúmeras possibilidades de se organizar uma Contabilidade Industrial, com o fim de se obter o preço de custo de cada produto, de partes componentes, de toda uma secção da Casa, de cada tiragem do jornal ou revista etc. e, conseqüentemente, marcar nas justas e necessárias bases o preço de venda de qualquer produto da Casa.

Já decidimos anteriormente, quando falamos dos sistemas de Contabilidade de Custo, qual o caminho que trilhamos nesta exposição, i. e., o da verificação do custo por elementos componentes do custo do produto.

Assim procedendo, mantemos na Casa dois tipos de Contabilidade: de um lado, a Contabilidade Geral, ou Comercial, que abrange todo o movimento da Casa e nos dá os resultados gerais do total e, de outro, — na secção de produção, ou seja, nas Oficinas — em separado, a Contabilidade de Custo, que nos fornece o custo total de cada obra, tiragem da revista ou jornal, podendo ainda fornecer muitos outros dados e informações, dependendo apenas de sua organização, execução e extensão.

Estas duas Contabilidades se entrelaçam no planejamento em pauta apenas no seguinte: a Contabilidade Geral debita à Oficina tudo quanto paga para a produção, i. e., matéria-prima, mão-de-obra, direitos autorais etc., como vimos acima. Em contrapartida, ela é debitada pelo correspondente de materiais e mão-de-obra etc. consumidos em cada produto terminado pela Oficina. Mais adiante voltaremos a este ponto.

Feita esta nota inicial, entremos na apreciação do funcionamento da Contabilidade de Custo. (Repetimos: não nos havemos de incomodar aqui com a Contabilidade Geral).

a) Coleta dos Dados do Custo

Para fazer-se qualquer Contabilidade é indispensável, em primeiro lugar, que existam e estejam à disposição do Contabilista documentos indicadores e comprovadores dos dados a contabilizar. Na Contabilidade Geral são os documentos de compra e venda, fretes, receitas e despesas quaisquer. São, portanto, documentos que aparecem com as transações realizadas, com terceiros.

Na Contabilidade de Custo, que é assunto interno da Casa, não há tais documentos. Precisam, por conseguinte, ser criados pela própria Casa.

Vamos então, rapidamente, ver quais e como serão os documentos a serem feitos, para se poder fazer uma simples Contabilidade de Custo e obter o resultado principal: saber o Preço de Custo real de certo produto.

Seguindo o esquema dos fatores e elementos componentes do Custo, teremos:

1) Custos diretos

1.º — **Material.** Os dados, quantidade e qualidade, são fornecidos pelas Requisições de material. A Requisição é uma ficha que a Oficina preenche requisitando do almoxarifado o material, indicando quantidade e qualidade do necessário para a confecção de certo trabalho, também indicado na ficha. Havendo necessidade, serão várias as fichas de Requisição, que serão coletadas pelo encarregado da Contabilidade de Custo, numa ficha coletora para

cada trabalho e cada tiragem. O Custo do material encontra-o o encarregado em seu fichário "Contrôle de Estoque".

2.º — **Mão-de-Obra.** Os dados do Custo de Mão-de-Obra são coletados pelo "Boletim Diário". Cada empregado preenche diàriamente um ou mais Boletins, indicando exatamente quanto tempo gastou, em que serviço, em que máquina, para qual trabalho. Êstes Boletins vão também às mãos do Contabilista, que passa os dados para a mesma ficha coletora de cada obra de que já falamos acima, tendo assim no término o total de tôdas as horas gastas na produção de certo trabalho, especificando ainda as operações executadas.

3.º — **Outros Custos Diretos** serão presentes, pelos próprios documentos da Contabilidade Geral, e anotados na mesma ficha coletora.

Em suma, quanto à coleta dos dados dos Custos Diretos, uma vez introduzido e executado conscienciosamente o preenchimento das Requisições e dos Boletins Diários, não há maiores dificuldades.

2) Custos indiretos

Aquí o caso se torna, pelo menos aparentemente, mais complicado e menos seguro. Há naturalmente muitos modos de se obter também êstes dados, como já vimos quando falamos dos sistemas para obter o Preço de Custo. Continuamos aquí no sistema de Elementos de Custo do Produto.

Para obter os dados, o valor dos Custos Indiretos, devemos proceder inicialmente a cálculos diversos, i.e., fazer o "Budget" de despesas. Vejamos:

1.º — **Juros do Capital Investido.** Pela Contabilidade Geral sabemos o montante dos investimentos. Calculamos os juros, digamos, de um ano, numa base que convém, a mais real possível, para a Casa. O resultado deverá ser distribuído sôbre a produção de um ano. A questão é então saber, o mais exato possível, qual a parte que toca a cada produto, para se lhe atribuir o seu quinhão. Tomemos, p.ex., como base para esta distribuição, as horas de trabalho gastas. Por levantamento estatístico, chegamos facilmente a uma conclusão: qual a produção total de ano, qual o custo médio atual da hora-operário e qual, então, a parte de juros que toca a cada hora. Êste resultado é anotado e servirá durante todo o período como dado fixo a ser incluído na ficha "Relatório de Custo", que é a ficha dos resumos da ficha "Coletora", e da qual ainda falaremos.

2.º — Análogamente se procede à fixação e atribuição dos Custos Indiretos provindos das **Imobilizações, Despesas Gerais, Administração e Venda.**

Outro modo talvez mais prático é o de calcular inicialmente o custo-hora, incluindo tôdas as despesas indiretas e as compensações de trabalho de cada máquina, de cada tipo de serviço executado. Neste caso a Contabilidade de Custo precisa apenas de multiplicar êste custo-hora pelo total das horas de trabalho e somar os resultados em cada Secção — e terá o custo real do produto.

3) Quanto às Compensações

1.º — **Risco Industrial.** Deverá ser procurada pela experiência e observação estatística uma percentagem, incluindo perdas de material e de mão-de-obra, produção falha não vendável, encalhes etc., o qual é acrescido também em cada item do custo de cada produto fabricado.

2.º — **Desvalorização da Moeda.** Também este fato deve ser considerado como já vimos. Será anotado pelas publicações oficiais e pela observação de cada um, sendo então também atribuído, na percentagem mais exata possível, a cada produto fabricado.

3.º — **Lucro Justo e Necessário da Casa.** Via de regra, aceita-se no Brasil, em nossos dias, como lucro razoável e necessário 20% sobre o custo real. Assim não há maior dificuldade em achar o seu valor, feita a Contabilidade de Custo e achado assim o custo real.

b) Escrituração da Contabilidade de Custo

Feito o "Budget" de despesas e coletados os elementos do preço de custo, pode ser executada a Contabilidade de Custo e verificado, o mais exato possível, o preço de custo real de cada produto.

1) Livros e Fichários Indispensáveis

Antes de falar da escrituração da Contabilidade de Custo, vamos, para maior clareza, enumerar, por ordem lógica, os Livros e Fichários necessários no caso da organização do planejamento como o estamos expondo.

1.º — **Fichário de Controle de Estoques de Matérias-Primas.** Nêle deve constar: quantidade, qualidade, fornecedor, custo histórico de cada material. São anotadas tôdas as entradas pelas Faturas e tôdas as saídas pelas Requisições.

2.º — **"Budget".** Aqui serão contidos os resultados dos cálculos dos custos-hora-operário, custos-hora-máquina, percentagens de atribuição de despesas indiretas e das compensações, etc., em suma, todos os dados que foram pré-calculados (e que devem periódicamente ser revistos e recalculados) a serem atribuídos ao custo de cada produto.

3.º — **Aviso de Obra**

4.º — **Livro Registro de Avisos de Obra**

5.º — **Requisição de Material**

6.º — **Boletim Diário**

7.º — **Ficha Coletora das Requisições e dos Boletins Diários**

8.º — **Relatório de Custo.**

2) Execução da Escrita

Tudo é concentrado na mão do encarregado da Contabilidade de Custo.

1.º — Em seu poder já se encontra, sempre em dia, o **Fichário de Estoque.**

2.º — Tenha-se também em ordem o **Budget de Despesas.**

3.º — **Aviso de Obra** — ou **Ficha de Produção:** Logo que se aprova um trabalho, qualquer que seja, a ser executado, é preenchida a Ficha "Aviso de Obra", em duas vias. Uma via acompanha a obra no percurso da fabricação

e é anotada devidamente em cada Secção. A 2.º via vai diretamente ao Contabilista que imediatamente a anota no

4.º — **Livro-Registro de Avisos de Obra**, para contrôlle geral.

5.º — **Requisição de Material**. Todo o material necessário para a confecção de certa obra, de determinado trabalho, é requerido ao Depósito por meio de Requisição, especificando obra, material, quantidade, qualidade etc.

6.º — **Boletim Diário**. A mão-de-obra é controlada pelo Boletim Diário, que é uma ficha que cada empregado preencherá (uma ou mais) cada dia, indicando onde, quanto tempo e em que obra trabalhou, como já foi dito.

7.º — **Ficha Coletora**. Encontra-se esta ficha com o Contabilista, e destina-se ela ao resumo das Requisições e dos Boletins Diários referentes a determinada obra.

8.º — **Relatório de Custo**. Terminada a obra e coletados todos os dados das Requisições e dos Boletins na ficha (ou fichas) "Coletora", o Contabilista encerra também esta, fazendo os resumos dos diversos itens, cujos resultados transcreve para o Relatório de Custo. Neste, portanto, vão dar no final todos os dados, todos os elementos do custo. E, feitas para o Relatório tôdas as transferências somadas, acrescidas das percentagens de Compensações, encontramos no final o Custo Real do produto. E êste dá ao Administrador uma base segura para a marcação do preço de venda.

c) Entrosamento da Contabilidade de Custo com a Contabilidade Geral

No sistema simples que acabamos de expor em traços rápidos, que sabemos não serem suficientes para o estudo e introdução do sistema em qualquer Casa, o entrosamento da Contabilidade de Custo e da Contabilidade Geral é muito fácil.

1) Débitos da Oficina — ou da Produção

1.º — **Materiais**. A Contabilidade Geral debita à Oficina todos os materiais requisitados e relacionados no Relatório de Custo para certo produto, pelo valor histórico (i. e., de custo) — creditando o almoxarifado (ou Depósito de Materiais).

2.º — **Mão-de-Obra**. Do mesmo modo a Contabilidade Geral debita à Oficina simplesmente, cada mês, pelo total da Fôlha de Pagamento de todo o pessoal que aí trabalha, creditando a Caixa.

3.º — **Outras Despesas Diretas** são também diretamente debitadas à Oficina. Assim na Contabilidade Geral, a Produção fica apenas debitada pelas Despesas Diretas, ficando tôdas as despesas indiretas apenas na Contabilidade de Custo.

2) Crédito da Oficina

Tendo a Produção apenas sido debitada pelas despesas diretas, evidentemente não poderá ela ser creditada pelo custo real achado, mas tão-somente pelos materiais consumidos, mão-de-obra e, eventualmente, outras despesas diretas. Êstes dados deverá a Contabilidade de Custo estrai-los e fornecê-los à Contabilidade Geral, que os creditará à Oficina por débito de mercadorias, ou de Livraria, ou de estoque de produtos, conforme o título que adotou em seu plano de Contas, na hora de entrega do produto fabricado.

4 — Custo de Revista ou Jornal impresso em oficina de terceiros

Neste caso os cálculos são poucos, pois desaparece toda a parte industrial. Em seu lugar, aparece simplesmente o valor da Fatura da Oficina impressora, que representa, no Resumo esquemático, toda a parte inicial, até o custo da fabricação. A Fatura, naturalmente, deve ser acrescida, para completar o custo de fabricação, toda e qualquer despesa direta, como sejam, se os houver: pagamentos a colaboradores, fornecimento do papel (caso este não seja fornecido pela Oficina), custo de clichês, reportagens etc.

De resto, todos os casos a providenciar, todos os cálculos serão iguais aos do caso de Oficinas próprias.

III — CONCLUSÃO

1 — Resumo esquemático

Finalizando, vamos resumir e concretizar a teoria exposta, atribuindo números e valores aos principais itens estudados, supondo a confecção de uma tiragem de 3.000 exemplares de determinada revista.

	1 exemplar		Edição: 3.000 ex.
Custos Diretos:			
Materiais	15,00		45.000,00
mão-de-obra	25,00		75.000,00
direitos aut. etc.	2,00		6.000,00
	42,00	= Custo Primário =	126.000,00
Custos Indiretos:			
desp. ger. c/fabricação	10,00		30.000,00
	52,00	= Custo de Fabricação =	156.000,00
desp. c/Administração e vendas	11,00		33.000,00
	63,00	= Custo Monetário =	189.000,00
Compensações:			
inflação (20%?)	12,00		36.000,00
	75,00	= Custo Real =	225.000,00
lucro (20%?)	15,00		45.000,00
	90,00	= Líquido a ser apurado na venda =	270.000,00
desconto a dar (30?) a vendedores etc ..	40,00		120.000,00
	130,00	= Preço de Venda =	390.000,00

2 — Apreciação e palavra final

Tentamos dar uma idéia geral da utilidade e da necessidade de Contabilidade de Custo que, a nosso ver, é indispensável a uma boa Administração. Deixamos de mencionar muitas coisas, como — para citar apenas uma — horas produtivas e improdutivas.

Procuramos apenas dar em largos traços um conhecimento, embora nem de longe completo e profundo, de um sistema, de um "modus agendi", como fazer uma simples Contabilidade de Custo, para saber, o mais exato possível, o custo real de nossos produtos e, conseqüentemente, marcar com segurança o justo preço de venda de nossas revistas e jornais.

Não sabemos se conseguimos o desiderato. Esperamos, porém, que nossa boa vontade trará algum fruto, que certamente redundará em benefício de cada caso e, com isto, de todos nós e, afinal, da boa causa da Igreja na luta contra a má literatura e na propagação da boa imprensa.

IV — ESQUEMA DESTE ARTIGO

I — Introdução

- 1 — Apresentação do assunto
- 2 — O que existe em Contabilidade de Custo? — Como se procede?
- 3 — Conseqüências deste procedimento

II — Cálculo Industrial gráfico (ou melhor) Contabilidade de Custo

- 1 — Noções gerais
 - a) Definição e finalidade da Contabilidade em geral
 - b) Definição, finalidade, vantagens, desvantagens e sistemas da Contabilidade de Custo
- 2 — Elementos componentes do Preço de Custo
 - a) Custos Diretos
 - 1) Matéria-prima
 - 2) Mão-de-obra
 - 3) Diversos
 - b) Custos Indiretos
 - 1) Juros do Capital investido
 - 2) Amortização das Imobilizações
 - 3) Despesas Gerais (de fabricação)
 - 4) Despesas de Administração e de venda
 - c) Compensações
 - 1) O risco industrial
 - 2) A desvalorização da moeda
 - 3) O justo lucro
- 3 — Execução da Contabilidade de Custo
 - a) Coleta dos dados do Custo
 - 1) Custos Diretos
 - 2) Custos Indiretos
 - 3) Compensações
 - b) Escrituração da Contabilidade de Custo
 - 1) Apresentação de Livro e formulários necessários
 - 1.º — Fichário de Estoque
 - 2.º — Budget de Despesas
 - 3.º — Aviso de Obra (Ficha de produção)

- 4.º — Livro-Registro dos Avisos de Obra
- 5.º — Requisição de Material
- 6.º — Boletim Diário
- 7.º — Ficha Coletora das Requisições e dos Boletins
- 8.º — Relatório de Custo

- 2) Execução da escrita (1.º a 8.º pela ordem do inciso anterior)
- c) Entrosamento da Contabilidade de Custo com a Contabilidade Geral
 - 1) Débitos da Oficina (da Produção)
 - 2) Crédito da Oficina

4 - Custo de revista ou jornal impresso em oficinas alheias

III — Conclusão

- 1 — Resumo esquemático
- 2 — Apreciação e palavra final

IV — Esquema deste artigo

Edições Paulinas — Discos

APRESENTA: mais uma coleção de LP. para alegria e conforto da família brasileira.

A VIDA DE JESUS

Numa dramatização perfeita dos maiores mistérios divinos, com fundo musical brilhante e colorido.

Ouvindo esta mensagem de Paz e de Amor, ocorrem espontâneas à nossa mente, as palavras do Mestre Divino: "Vinde a mim todos os que trabalhais e sofreis e eu vos aliviarei" Mt. 11, 28.

Aproximemo-nos confiantes de Jesus, para ouvir sua palavra de AMOR, de CONFORTO, de PAZ e de PERDÃO.

Obra inédita que se presta magistralmente para representações teatrais.

A VIDA DE JESUS

- N. 1 Face A: Infância de Jesus. Face B: Ensinamentos de Jesus.
- N. 2 Face A: Milagres de Jesus. Face B: Parábolas de Jesus.
- N. 3 Face A: Paixão e morte de Jesus. Face B: Ressurreição e Ascensão.

Cada Disco: Cr\$ 1.300,00

Coleção: Cr\$ 5.000,00

A CRIANÇA É PARA DEUS!

Laura Jacobina Lacombe

Quem tiver lido em "O Globo" o tópico a respeito da "Doutrinação comunista dos Jardins da Infância", na Alemanha Oriental, talvez se admire da importância atribuída ao assunto.

Sabem muito bem, os inimigos da Igreja, que a seara abundante é colhida na escola e que, quanto mais cedo, mais eficientes os resultados.

Diz o artigo que "as mestras foram notificadas que não poderiam dar aula nos jardins de infância sem serem devotadas partidárias do comunismo. A imparcialidade não seria tolerada. No término do curso, deveriam passar por rigoroso exame em que ficaria comprovada a sua plena capacitação para ministrar aulas de comunismo do mesmo modo que as demais matérias recomendadas para as crianças".

Mais adiante lemos: "No período de treinamento, as professoras eram instruídas a aproveitarem-se de todas as atividades escolares para incutir a mentalidade comunista nos alunos. Recomendava-se que os feriados escolares fossem explicados minuciosamente, quando se tratasse de datas alusivas a feitos do comunismo e com desprezo, quando fossem festas de origem religiosa. Os feriados deveriam constituir uma oportunidade para dizer às crianças que elas eram felizes por frequentarem um belo jardim de infância na Alemanha Oriental, em vez de viver entre os povos miseráveis e subjugados do Ocidente, onde as crianças eram obrigadas a trabalhar". E, mais adiante: "O Muro de Berlim era descrito como uma proteção contra gente ruim". . . .

Essa longa citação é para mostrar o ardor com que os que estão no erro se empenham em propagá-lo na mente das crianças para formá-las e pô-las em condições de continuá-lo, perpetuá-lo.

Os filhos das trevas são ativos, já o lemos no Evangelho, e continuam ainda.

Muitos que nos lêem dirão que os filhos de Deus também o são. Mas, não basta ser ativo: é preciso ser eficiente. Ora, não é possível ser eficiente, sem um preparo profissional adequado.

Preocupada com o problema da educação pré-primária, desde que nos foi confiado o encargo do Comitê Nacional Brasileiro da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar (O.M.E.P.), fundamos, com a aprovação e a bênção de S. Emília, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, o Curso para Educadoras da Infância, que já completou dez anos de funcionamento.

Tivemos a felicidade de receber o apoio de diversas Congregações Religiosas, que nos enviaram elementos que se aperfeiçoaram como professoras de Jardim de Infância.

Foram as seguintes: Filhas do Amor Divino, Divina Providência, Carmelitas, Dominicanas, Capuchinhas, Nossa Senhora da Piedade, Irmãzinhas da Imaculada Conceição, Assunção, Franciscanas Missionárias de Maria, Hospitaleiras portuguesas, Angélicas, São José, Filhas do Coração de Maria, Filhas de S. Vicente de Paulo, num total de trinta religiosas.

As cartas que recebemos de nossas ex-alunas, que já estão atuando em mais de vinte cidades do Brasil, desde a foz do Javari (na fronteira com a Bolívia), até o Rio Grande do Sul, constituem um estímulo para o trabalho que nos esforçamos por desenvolver.

Infelizmente, muitas Congregações ainda não se uniram ao nosso esforço e aqui vimos renovar o nosso apêlo nesse sentido.

Em resposta a uma circular, em que encarecíamos uma preparação especializada cuidadosa para a professora pré-primária, uma diretora de cidade do interior respondeu-nos: "Não preciso mais de preparar as minhas professoras; fundou-se um jardim de infância na nossa cidade e tôdas as crianças foram para lá...".

Ora, pensei, se êsse jardim católico fôsse ótimo, as crianças teriam procurado o outro? E, se lá começaram sua educação, voltarão, algum dia para o colégio católico? Que responsabilidade!...

O Curso para Educadoras da Infância já organizou três cursos intensivos de férias para Religiosas, com grande aceitação. Êsses, porém, não são suficientes, servem, apenas, para o aperfeiçoamento de quem já tem alguma base.

O curso de três anos dá um preparo seguro e assim o provam as cartas de nossas ex-alunas.

Aquelas que possuem o curso normal facilitamos seguirem os dois últimos anos, como especialização; às Congregações que mantêm asilos e outras casas de beneficência, temos concedido bôlsas de estudos.

Temos, pois envidado os nossos esforços para aprimorar as professoras que vão lidar com as almas em flor que se abrem para o mundo e para Deus e vimos, mais uma vez, apelar para a colaboração das Revmas. Superiores Maiores das Congregações Religiosas, a fim de que se certifiquem da seriedade dos nossos propósitos, verifiquem os resultados obtidos e que nos prestem, também o seu apêlo.

ESTATÍSTICA

PROVÍNCIAS ECLESIASTICAS DO BRASIL E SUAS SUFRAGÊNEAS

APARECIDA — SP

Lorena — Diocese
Taubaté — Diocese

ARACAJU — SE

Estância — Diocese
Propriá — Diocese

BELÉM DO PARÁ

Abaeté do Tocantins — Prelazia
Cametá — Prelazia
Guamá — Prelazia
Macapá — Prelazia
Marajó — Prelazia
Óbidos — Prelazia
Santarém — Prelazia
Ssma. Conceição do Araguaia —
Prelazia
Xingu — Prelazia

BELO HORIZONTE — MG

Divinópolis — Diocese
Luz — Diocese
Oliveira — Diocese
Sete Lagoas — Diocese

BOTUCATU — SP

Assis — Diocese
Lins — Diocese
Marília — Diocese
Presidente Prudente — Diocese

CAMPINAS — SP

Bragança Paulista — Diocese
Piracicaba — Diocese
São Carlos — Diocese

CUIABÁ — MT

Campo Grande — Diocese
Corumbá — Diocese
Dourados — Diocese
São Luiz de Cáceres — Diocese
Diamantino — Prelazia

Guajará-Mirim — Prelazia
Registro do Araguaia — Prelazia
Rondonópolis — Prelazia

CURITIBA — PR

Campo Mourão — Diocese
Jacarèzinho — Diocese
Londrina — Diocese
Maringá — Diocese
Palmas — Diocese
Ponta Grossa — Diocese
Toledo — Diocese

DIAMANTINA — MG

Araçuaí — Diocese
Januária — Diocese
Montes Claros — Diocese
Teófilo Otoni — Diocese

FLORIANÓPOLIS — SC

Chapecó — Diocese
Joinville — Diocese
Lajes — Diocese
Tubarão — Diocese

FORTALEZA — CE

Crato — Diocese
Iguatu — Diocese
Limoeiro do Norte — Diocese
Sobral — Diocese

GOIÂNIA — GO

Goiás — Diocese
Jataí — Diocese
Pôrto Nacional — Diocese
Uruaçú — Diocese
Cristalândia — Prelazia
Formosa — Prelazia
S. Luís de Montes Belos —
Prelazia
Tocantinópolis — Prelazia

JUIZ DE FORA — MG

Leopoldina — Diocese
São João Del Rei — Diocese

MACEIÓ — AL

Palmeira dos Índios — Diocese
Penedo — Diocese

TERESINA — PI

Oeiras — Diocese
Parnaíba — Diocese
Bom Jesus do Piauí — Prelazia
São Raimundo Nonato — Prelazia

UBERABA — MG

Paracatu — Diocese
Patos de Minas — Diocese
Uberlândia — Diocese

VITÓRIA — ES

Cachoeiro do Itapemirim — Diocese
São Mateus — Diocese

Nota: BRASÍLIA — Arquidiocese imediatamente sujeita à Santa Sé.

CERIS — Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
Departamento de Estatística — Divisão II
Ladeira Sta. Teresa, 117 — c/3 — Rio de Janeiro — GB.

SECCÕES ESTADUAIS

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA C. R. B.

(Seção do Paraná)

RELATÓRIO DE 1962

As atividades do Departamento de Assistência à Saúde da C. R. B., Seção do Paraná, sofreram um desvio do plano traçado para 1962 em virtude do programa do Revdo. Pe. Diretor que visava reforço do coração da C. R. B. na união das Religiosas de diversas Congregações; deu-se, portanto, maior importância às reuniões gerais e bem menor às departamentais.

No entanto, as atividades do Departamento de Assistência à Saúde conseguiram alguns êxitos positivos em profundidade e horizontalidade, se assim podemos dizer, e que passamos a relatar:

- 1 — Reuniões mensais do Departamento: as chamadas "tardes de formação" não se realizaram assiduamente, em parte, devido ao motivo acima exposto, mas não morreram de todo.
- 2 — Encontros: promoveu-se um encontro de 3 dias, "Atualização em Enfermagem", preparando o espírito das Religiosas para o XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem.
- 3 — Congresso Brasileiro de Enfermagem: Participação na organização do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em Curitiba. As Religiosas enfermeiras participaram: na Comissão

- Executiva do Congresso como Tesoureira, na Presidência das Comissões Especiais de Temas, de Hospedagem, de Divulgação, de Registro, além disso fazendo parte de outras comissões.
- 4 — Participação ativa no Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em Curitiba, no mês de julho.
 - 5 — Participação na organização do Encontro Nacional de Religiosas de Hospitais por ocasião do Congresso, em Curitiba, no dia 20 de julho de 1962.
 - 6 — Participação no Congresso Internacional do CICIAMS (Comitê Católico Internacional de Enfermeiras e Assistentes Médico Sociais) em Buenos Aires, em setembro de 1962, presidido por Revmo. Mons. Fougerrat, Bispo de Grenoble, bem como do Encontro Internacional de Religiosas de Hospitais por ocasião do mesmo Congresso, em Buenos Aires.
 - 7 — Participação de duas jornadas hospitalares realizadas no Rio.
 - 8 — Atuação na ABEn e na UNAE, como membros ativos e desempenhando cargos na diretoria.
 - 9 — Contribuição nos Concursos de Habilitação para Práticos de Enfermagem e Parteiras Práticas. Uma Religiosa fazendo parte da banca examinadora e outras dando cursinhos preparatórios, duas vezes durante o ano para Parteiras Práticas e Práticos de Enfermagem.
 - 10 — Incentivação e auxílio na revisão de contratos nos hospitais, sublinhando os honorários para que não sejam abaixo dos de leigas e que nos mesmos contratos conste artigo firmando os princípios de moral cristã.
 - 11 — Realização de uma Mesa-Redonda num dos hospitais da Cidade com a participação do Corpo Clínico e Enfermagem especializada contando com a presença do Revdo. Pe. Filippelli. A Mesa-Redonda trouxe resultado positivo, mais um "Graças a Deus".
 - 12 — Compilação de um opúsculo de Ética "Códigos e Normas de Ética para Hospitais", por uma Religiosa da Seção.
 - 13 — Compilação dos trabalhos apresentados no encontro de Médicos e Enfermeiras em Curitiba, no dia 4 de maio de 1960, por ocasião do Congresso Eucarístico, patrocinado pela ABESC. O Opúsculo tem o título "Encontro de Médicos e Enfermeiras", compilado por uma Religiosa e a publicação patrocinada pela ABEn do Paraná.
 - 14 — Uma Religiosa deu. Noções de Enfermagem e em Socorros de Urgência na Faculdade de Farmácia; uma outra Religiosa deu Noções de Puericultura em duas Escolas Normais dirigidas por Religiosas de sua Congregação; uma terceira Religiosa, Noções

- de Socorros de Urgência em duas Escolas Secundárias de Religiosas de Congregações diferentes.
- 15 — Colaboração com a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Uma Religiosa enfermeira obstétrica fez parte da equipe de profissionais dando Curso para Socorristas Rurais por quatro vezes, em quatro cidades diferentes, no ano de 1962.
 - 16 — Colaboração com a Secretaria de Saúde Pública. Participação ativa de várias Religiosas enfermeiras, Religiosas estudantes de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem na Campanha de Vacinação contra Poliomielite, na Capital.
 - 17 — Colaboração com Autarquias. A Escola de Auxiliares de Enfermagem "Catarina Labouré", ministrou Cursinhos de Enfermagem para o Lar no SESC; bem como demonstração de algumas técnicas de enfermagem na L. B. A..
 - 18 — Colaboração com obras de assistência. As alunas da Escola de Enfermagem Madre Leonie com a orientação direta de Religiosas enfermeiras, suas professoras, deram assistência aos presos durante o ano todo, semanalmente, preparando-os na participação à Santa Missa, Confissão e Comunhão, outrossim, assistência social a algumas famílias de presos. Além do catecismo mensal promoveu uma preparação mais profunda à Páscoa e Natal.
 - 19 — Assistência aos pobres e doentes. A Escola de Enfermagem Madre Leonie promoveu assistência semanal aos pobres de uma das vilas próximas à cidade. A Escola de Auxiliares de Enfermagem "Catarina Labouré" ocupou-se com visitas domiciliares aos pobres e doentes chegando o número das mesmas a mais de 1.800 no ano de 1962. Ambas as Escolas estimularam a Legião de Maria nas suas alunas.
 - 20 — Relações com o público.

Na Escola de Auxiliares de Enfermagem "Catarina Labouré":

Curso de Técnica da Chefia e do Comando para o público; Curso de Relações Humanas pela Recreação para o público, além de um Curso às Professoras da Escola sobre a atualização de Técnica da Entrevista. Foram empregadas as mais modernas técnicas de dinâmica de grupos. Além disso, promoveram-se outras atividades levando o público à Escola e Escola ao público através de "Chá das Môças" na Escola, excursões com as demais escolas e enfermeiras, recepção de visitantes e grupos de comerciários e estudantes secundaristas convidados, bem como realização de diversas visitas planejadas e ciceronadas.

- 21 — Documentário: Houve falhas na parte documentária, na publicação e remessa de nossos relatórios à C. R. B. Nacional, o que pretendemos corrigir no ano de 1963. Foi-nos sugerido fazer um álbum documentário, por Religiosas presentes no Encontro Nacional do dia 20-7-62, do XIV Congresso Brasileiro de Enfermagem para o Santo Padre o Papa João XXIII.

Infelizmente, sòmente dentro de algum tempo será encaminhado, como comprovante da dinâmica do trabalho das Religiosas de Hospitais do Brasil em união às enfermeiras leigas.

- 22 — Atividades não realizadas além das reuniões mensais que deixaram de ser mensais, O Curso de Noções de Administração Hospitalar não foi realizado conforme a recomendação da C. R. B. Nacional, mas estudamos com carinho a sua exequibilidade com professores da Capital, para o próximo ano de 1963.

- 23 — Educação de pessoal.

Em dois hospitais: Hospital Nossa Senhora das Graças e Hospital de Clínicas as Religiosas têm feito treinamento de atendentes através de Cursos, em Grupos pequenos. Ambos promoveram dois cursos em 1962.

- 24 — Trabalhos iniciados. Como uma Religiosa enfermeira representa a Comissão de Seguimento de Recursos e necessidades no Brasil, no setor Paraná, e iniciou seu trabalho atingindo todos os hospitais do Paraná, dentro de pouco tempo saberemos com mais exatidão a situação dos hospitais de Religiosas do Paraná e será possível o intercâmbio com hospitais de cidades mais distantes que, felizmente, receberam notícias do nosso trabalho e teremos a máxima satisfação em divulgá-los, aguardando as críticas construtivas, a fim de servirmos cada vez melhor à humanidade sofredora, membros de Cristo.

Secretaria do Departamento de Assist. à Saúde, janeiro de 1963.

Irmã Edeltrudes, da Congreg.
de São José

Diretora do Departamento

Irmã Maria Turkiewicz,
Filha da Caridade

Secretária do Departamento

Visto: Pe. Francisco Van de Water

Presidente da C. R. B., Seção do Paraná

C. R. B. na Bahia em 1962

A nossa Secção da CRB vem funcionando normalmente com seus trabalhos mensais. As Sessões de encontro, que se realizaram regularmente no terceiro domingo do mês, foram bem concorridas, contando com a presença de mais de 70 Irmãs, sendo a freqüência anual de umas 610 freiras.

O Revmo. P. Gardenal S. J. incitava-nos muitas vêzes durante as instruções para um maior e melhor aproveitamento espiritual da nossa vivência numa Congregação Religiosa.

Os nossos Cursos de Dogma e Catequese, apreciados pela competência e dedicação dos mestres, respectivamente P. Franco S. J. e Irmã Beatriz O. S. U., foram freqüentados por mais de 50 Religiosas, sendo que 25 delas fizeram as provas finais.

Como já relatamos em Boletins precedentes, tivemos como atividades extra: em fins de fevereiro um Curso sobre a Doutrina Social da Igreja; e no comêço de agôsto a "Semana da Mater et Magistra". Com relação à Magna Encíclica a Semana promoveu um grande Concurso entre os Estudantes Secundários.

Os trabalhos apresentados foram 40, feitos em geral com muita seriedade e grande afinco; os premiados foram 6. Entre os prêmios havia também: Uma Viagem turística ao Rio e São Paulo, com acompanhante.

A Entrega dos prêmios realizou-se numa Sessão solene, que superlotou a Aula Magna do Colégio N. S. das Mercês.

Encerrou-se a dita sessão com um brilhante Ato Dramático, em que tiveram grande destaque pela ótima representação principalmente os alunos do Colégio Antônio Vieira e as alunas do Colégio Bom Jesus, dando ao público uma visão retrospectiva das diversas fases da Doutrina Social da Igreja no decorrer dos vários séculos.

Além destas atividades de um cunho mais teórico e formativo, houve no decurso do ano de 1962 realizações de caráter mais prático e assistencial: entre outras, por exemplo, a Catequese e a Assistência, que as Religiosas das diferentes Congregações, acompanhadas e coadjuvadas por suas alunas, prestaram aos pobres dos subúrbios da Capital.

Agora êste trabalho está sendo planejado numa forma mais orgânica e eficiente para um maior e melhor desenvolvimento.

Como Servas do Grande Mestre, estamos aproveitando com imensa satisfação e agrado as oportunidades que a C. R. B. nos oferece também no presente ano, a fim de trabalharmos com maior amor e melhor preparo na VINHA DO SENHOR...

Irmã Maria Aparecida Nascimento
Secretária-Religiosa Sacramentina

São Paulo — Curso de Rádio, Televisão e Redação Para Religiosas

De 18 a 27 de julho próximo, realizar-se-á na Capital de São Paulo um Curso Intensivo de Rádio, Televisão e Redação para Religiosas, sob patro-

cínio da Faculdade de Jornalismo "Cásper Líbero" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, promovido pela Conferência dos Religiosos, secção de São Paulo.

TEMÁRIO

As aulas serão ministradas por professôres da famosa Faculdade de Jornalismo "Cásper Líbero" e por especialistas no assunto. Os temas a serem abordados são os seguintes:

- 1) — A Redação de Palestras e Discursos. O segredo de sua confecção rápida e convincente.
- 2) — Noticiário e Jornais falados. Sua confecção e apresentação.
- 3) — Programas Religiosos. Seus sistemas mais modernos. Erros a corrigir.
- 4) — A Catequese pelo Rádio. O método mais convincente e popular.
- 5) — A Irradiação de Solenidades, missas, procissões, reuniões. O modo mais certo. Os erros habituais.
- 6) — As Novelas Religiosas. Como escrevê-las. A técnica de sua apresentação.
- 7) — A Promoção da Rádio ou do Programa. Como torná-los populares.
- 8) — A apresentação de Programas na TV.
- 9) — Dramas Religiosos na TV. Como escrevê-los e apresentá-los.
- 10) — A Filmagem. Como filmar cenas religiosas ou solenidades dos colégios e Congregações, para publicá-las na TV.
- 11) — Dramas no Palco. Como escrevê-los segundo os métodos modernos.

Este Curso Intensivo de Rádio, Televisão e Redação para Religiosas será muito substancial e essencialmente prático. Participarão d'êles Religiosas de muitas Congregações de São Paulo e de vários outros estados brasileiros, em ambiente especialmente religioso. No final, tôdas as participantes aprovadas receberão um diploma.

BIBLIOGRAFIA

Carlos Lopes Matos — O PENSAMENTO DE FARIAS BRITO (135 pgs), Herder, S. Paulo.

Ainda são entre nós, raros os verdadeiros filósofos e raros, consequentemente, os estudos filosóficos.

Por isso, é de apreciar o aparecimento de um opúsculo, como o que motiva êstes breves comentários.

Trata-se de dois estudos de Carlos Lopes de Matos sôbre o pensamento de Farias Brito, um dos maiores e um dos únicos filósofos originaes, no Brasil.

No 1.º focaliza "As duas fases do pensamento de Farias Brito" em que analisa: "a finalidade do mundo" considerando: a filosofia como atividade permanente do espírito humano, a filosofia moderna, o mundo como atividade intelectual e a verdade como regra das ações, espralando-se depois sôbre a "base física do espírito e o mundo interior", para concluir num conspecto da evolução filosófica por que passou Farias Brito.

No 2.º apresenta a "evolução do pensamento de Farias Brito quanto ao conceito e concepção do mundo", dissertando sôbre "finalidade do mundo; a verdade como regra das ações; a base física do espírito; o mundo interior", para concluir que a filosofia de Farias é ainda pouco conhecida e que está a merecer estudos mais profundos. *Um homem que dedicou seriamente tôda a sua existência à busca da verdade, merece mais do que meia dúzia de críticas improvisadas* (pág. 121).

Depois em anero, procura rebater a pecha de panteista, atribuída ao autor, por diversos criticos, refutando particularmente o Pe. Leonel Franca

O que dignifica grandemente Farias Brito é que êle foi um apaixonado à busca da verdade, numa época em que predominava o positivismo e eram portabandeiras do pensamento filosófico, no Brasil, um Tobias Barreto e um Sílvio Romero.

Merece louvores o autor do trabalho por ter procurado mostrar um Farias Brito como êle foi, através da evolução de um pensamento, a principio naturalista para um pensamento espiritualista em seguida, sem, todavia, haver chegado ao espiritualismo católico. Em todo o caso, era já um grande passo para os tempos que se viviam.

I. J. D.

Peter Lapin — O CAPITÃO CRUEL (239) — Escola Industrial D. Bosco, Niterói

Relata êste livro a vida de Miguel Nagone. Rapaz de família pobre, vive abandonado e torna-se chefe de uma quadrilha de moleques, recebendo, por isso, o nome de "capitão". Encontrando-se ocasionalmente com D. Bosco aceita um convite para ingressar no oratório de Turim, onde muda de vida, torna-se um líder e valoroso auxiliar do santo.

Livro para crianças e jovens. Muito bem escrito, estilo correto e atraente. Ótimo presente a ser dado aos alunos.

I. C. P.

Irmã Maria, Anísia, S. D. N. — UM SATÉLITE ARREMESSOU-SE AS ALTURAS (104 pgs.) Liv. D. Bosco.

Narra a vida de Júlio Emilio de Lombarde, Padre Júlio Maria fundador das Filhas do Imaculado Coração de Maria, da Congregação dos Padres Missionários Sacramentinos de Maria e das Irmãs Missionárias Sacramentinas.

Em um estilo leve, a autora com rara felicidade, em traços gerais, analisa os principais tópicos da vida do servo de Deus.

I. C. P.

Joseph Hornef — VOLTARA O DIACONO DA IGREJA PRIMITIVA? (164 pgs.). Vozes.

Quem escreveu êste opúsculo é um juiz. Ele advoga a volta do diaconato. Por se tratar de um assunto bastante verde, o autor não pode propor sugestões bem definidas. Ele expõe situações diversas para serem examinadas por quem de direito e no momento oportuno.

Tal debate, respeitoso e competente, é certamente de grande utilidade e constitui colaboração preciosa, pelo fato mesmo de vir de um leigo.

Pio XII no discurso pronunciado por ocasião do 2.º Congresso do Apostolado Leigo, em 1958, aceita a idéa do diaconato embora notasse que não estava ainda bastante madura.

É bom frisar que o Concílio de Trento se ocupou em valorizar o diaconato, mas por quaisquer motivos que fôsem, não pode levar avante êsse intuito.

Hornef examina o problema com grande riqueza de aspectos, valendo-se frequentemente da experiência protestante de sua terra, a Alemanha, que parece apresentar vivências bastante concretas e consoladoras, nessa questão do diaconato que está a empolgar muitos espíritos preocupados com o bem das almas.

Presta o autor, certamente, um ótimo serviço à causa, expondo suas idéas e experiências próprias e alheias, com alta competência, entusiasmo e respeito, confiando na sabedoria da Hierarquia.

I. J. D.

Pe. Domingos Spargaglione — DOM ORIONE (370 págs.) — Tradução do Italiano pelas monjas da abadia de Santa Maria — Edições Paulinas.

É a vida do Fundador da Pequena Obra da Divina Providência.

Quem conhece as maravilhas do sobrenatural operadas na obra de S. Bento José Cotolengo, pode ter uma idéa do aroma de caridade que perpassa as páginas de "Dom Orione".

É a vida de um homem que abdicou de seus interêsse e até de suas necessidades pessoais em favor de seus semelhantes desafortunados espirituais e temporais: deu-se sem medida a todos, desaparecendo.

"Eis um homem que caminhou nesta terra com os sapatos remendados, roupas gastas, alforje vazio... Inclinando-se com intrepida fraternidade sobre tôdas as desventuras, recebendo os suspiros de todos os que sofrem e esperam" (Ferruccio Lantini).

Aí vemos o céu encontrar-se com a terra, o sobrenatural com o natural na pessoa do Fundador da Pequena Obra; a Providência agindo de maneira sensível nos destinos de um homem que compra e constrói sem dinheiro, que distribui o que tem, necessitando, que dá quando precisa receber. Vemos o heroísmo de um homem que é capaz de suportar o frio, a chuva, o mau cheiro, a contaminação e a peste multiplicando-se no afã de salvar vidas, desenterrar cadáveres dos escombros de dois catastróficos terremotos, e de amparar a orfandade, fruto do desastre:

A nossa caridade não cerra porta", adotara êle como lema de sua obra.

A leitura dessas páginas sacode até os mais frios, desperta os mais entorpecidos pela indiferença, porque não há lugar para frieza e indiferença diante da sublime epopéia da caridade descrita nesta biografia.

Tr. C. C. F.

Nihil Obstat

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1963

Pe. Frei Jacinto de Palazzolo OFM Cap.

Censor Eclesiástico